ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2023

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três pelas nove horas e quarenta minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 3ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Rita Belo Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

A senhora 2.ª secretária da Mesa Rita Belo Santos procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Alexandra Cristina Santos Freitas, Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna, Carla Alexandra Cardoso Monteiro, Cidália de Lurdes Correia Parreira, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso, Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, João Carlos de Castro Tavares, João Manuel Machado Enes, João Paulo da Costa Moniz, José Miguel de Freitas Toste, Marcelo Leal Pamplona, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Mónica Gomes Oliveira Rocha, Paulo Alexandre Ávila Fagundes, Rita Belo Santos, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Sandra da Silva Mendes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

Alberto Gonçalves de Melo, Bruno Miguel Ferreira Fagundes, Carlos Henrique da Costa Neves, César Alexandre Pacheco Medeiros, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Elsa Maria Costa da Silva Carvalho Costa, Guilherme Carlos da Rocha Bizarro, Luís Carlos Cota Soares, Luís Miguel Melo Machado, Luísa da Costa Barcelos, Marco Daniel Furtado Nogueira, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa, Mário José Martins Cardoso, Paulo Duarte Gomes.

GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:

André Melo Castro, Michéle Soveta Aguiar, Nuno Alberto Lopes Melo Alves, Vítor Bruno Costa Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha, Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim, Guido de Luna da Silva Teles, Maurício Manuel Lima Toledo, Nelson Gomes Furtado, Paulo Alexandre Silva Lima.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 2ª sessão ordinária do dia 21 de abril de 2023 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente, dando conta do seguinte:

- *Receção de um ofício do chefe de gabinete do senhor presidente do Governo Regional dos Açores, acusando a receção do «Voto de Congratulação pela Defesa Firme da Centralidade Geoestratégica da ilha Terceira» relacionado com os cabos submarinos, que foi apresentado pelo grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) na 1ª sessão da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo do dia 10 de fevereiro de 2023.*
- *Entrada dos seguintes votos da parte do grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) no início desta sessão da Assembleia Municipal:*
  - *Um voto relacionado com a proposta da Câmara Municipal de atribuição da Medalha de Mérito Cultural à Sociedade Filarmónica Recreio Serretense.*
  - *Um Voto de Louvor a José Alberto Borges pelo seu percurso ligado ao basquetebol.*
  - *Um Voto de Congratulação pela elevação de São Mateus da Calheta à categoria de vila.*

Sra. d. m. Marília Vargas – Bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Ficou combinado com o líder da bancada da Coligação que os votos que agora deram entrada, assim como os votos já apresentados pela bancada do Partido Socialista na reunião de Conferência de Líderes, serão apresentados em conjunto pelas bancadas municipais.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia.

Intervenho apenas para justificar que o voto relacionado com os 150 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense foi aprovado em março pela Câmara Municipal e, por lapso da minha parte, não foi devidamente enviado à Assembleia Municipal. Apresento aqui as minhas desculpas porque fiquei com o voto na minha área de trabalho e fui recuperá-lo depois de confirmada a sua ausência na agenda da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Mesa – Informo a senhora deputada Marília Vargas que os votos que constam já do Ponto 3 e os que serão acrescentados à nossa Ordem de Trabalhos, terão que ser reformulados para que constem na ata como votos apresentados em conjunto pelas bancadas municipais.

B – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Munícipe Miguel Rodrigues Conde – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal.

O meu nome é Miguel Rodrigues conde, vivo na Rua de São João em Angra do Heroísmo e o assunto que aqui trago está relacionado com as novas zonas dos parquímetros do centro da cidade. Não sei se os senhores vereadores e os senhores presidentes de juntas de freguesia se deram conta mas, no meu entender, a nova zona de parquímetros abrange apenas a freguesia da Sé que sai muito prejudicada. Como morador na Rua de São João, apenas posso estacionar na Rua Direita, na Rua do Galo ou na Ladeira de São Francisco, onde os lugares de estacionamento são já muito reduzidos, não me sendo permitido estacionar por ali acima até aos Quatro Cantos. A nova regulamentação dos parquímetros entrou em vigor no passado dia 1 de junho, dia mundial da criança. Visto que a Rua Direita, a Rua de São João e a Rua da Sé estiveram encerradas, tive que estacionar o carro na Rua da Palha e fui multado no dia seguinte logo pela manhã.

Acho que estas alterações não fazem muito sentido porque prejudicam os residentes da freguesia da Sé que, segundo os Censos 2021, são menos de mil, sendo que, provavelmente apenas metade terá viatura própria por se tratar maioritariamente de uma população de terceira idade.

Uma outra situação que gostaria de apresentar a esta Assembleia é o encerramento constante das ruas do centro urbano devido a festividades diurnas ou noturnas, principalmente a Rua de São João que é a mais prejudicada, e não me refiro às Sanjoaninas. Fica aqui, não uma crítica, mas uma insatisfação por parte de um residente do município. Agradeço a vossa atenção.

Sr. presidente da Câmara – A nova zona dos parquímetros foi aprovada por unanimidade por esta Assembleia e creio que, decorrido este tempo, confirmam-se as razões que levaram a essa aprovação.

Apenas precisamos dos parquímetros para a rotatividade do estacionamento nas zonas da cidade com maior densidade de comércio de porta aberta. Não servem para qualquer tipo de receita, apenas para garantir que os comerciantes da zona baixa da cidade possam estacionar os seus carros. O facto de se ter restrito a pouco mais do que à freguesia da Sé, não significa qualquer menosprezo, antes pelo contrário, é o reconhecimento de que é a zona que concentra a maior parte da atividade deste tipo de comércio de porta aberta. A falta de parquímetros nas outras zonas permite que qualquer outro cidadão lá possa estacionar, ou seja, os residentes desta zona não ficam proibidos de estacionar em qualquer outro lugar, apenas têm o privilégio de poderem estacionar na sua zona. Com as suas vantagens e desvantagens, o grande objetivo é o bem comum e a vitalidade do comércio de porta aberta nesta zona da cidade. É para isso que servem os parquímetros.

Quanto à alteração que foi feita em relação à redistribuição das áreas, tínhamos até à letra G e agora temos apenas as zonas A e B essencialmente para resolvermos o problema dos moradores da zona baixa da cidade, particularmente os que moram da Rua da Sé para cima,

que praticamente não tinham onde estacionar, por isso foi preciso dividir a zona com mais estacionamento para se alocar lugares de uma forma mais justa e razoável. Como muito bem disse o senhor Miguel Conde, o número de carros de residentes aqui não é assim tão grande, por isso acho que se podem redistribuir por estas zonas. Não me parece que este seja um grande problema e espero que esta redução da zona de parquímetros contribua para a vitalidade da cidade, porque foi esse o objetivo.

Quanto à questão das festas, a Rua de São João, a Rua Direita e a praça velha são os principais arraiais desta cidade e se queremos tê-la viva e a funcionar, as coisas têm que ser assim. Percebo que, por vezes, as festas sejam um bocadinho excessivas mas a verdade é que tem que haver algumas, sob pena de termos uma cidade que depois não funciona.

Há aqui um equilíbrio necessário entre os privilégios e as desvantagens de se morar no centro da cidade e se olharmos para o contexto das cidades europeias, Angra não é das mais sacrificadas. Quem mora na maior parte dos centros urbanos tem que andar a pé e nem o automóvel pode para levar para a porta, o que aqui acontece apenas de vez em quando.

Agradeço a participação do senhor Miguel Conde, mas não há muito que lhe possamos fazer, e essas matérias foram devidamente ponderadas por esta Assembleia quando aprovou estas alterações referentes aos parquímetros.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros do público.

Começo por agradecer e manifestar a nossa satisfação pela participação do público, já que há muito tempo que não vinha nenhum cidadão expor a sua situação nesta Assembleia e é sempre útil para nós sentirmos este diálogo mais direto.

Tentando conciliar as coisas, posso deixar uma sugestão em relação a esta matéria. Além de estas situações poderem servir de mais um argumento para a isenção de IMI no centro da cidade, à semelhança do que se faz noutras alturas, sempre que haja eventos mais concentrados na Rua de São João, na Rua Direita ou na praça velha, a facilidade de estacionamento para os residentes deveria ser alargada ao dia seguinte, na medida em que essas ruas ficam encerradas durante a noite. Ninguém se vai levantar às 6 horas da manhã para trocar o carro de lugar e as multas ocorrem no dia seguinte à realização dos eventos.

Tratando-se de pequenos espaços confinados e perfeitamente identificados dentro da zona de parquímetros e tendo em conta que estes eventos causam problemas aos moradores no dia seguinte, não me parece difícil encontrar-se uma solução que concilie os interesses e respeite os objetivos, criando uma zona de estacionamento que permita uma maior rotação durante o dia.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. José Toste – Muito bom dia senhor presidente e demais elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia.

Aproveito este período de antes da ordem do dia para trazer à colação o número de dormidas e o turismo no nosso concelho e na ilha, uma questão que recentemente tem sido objeto de debate público e político.

Os últimos dados disponibilizados pelo SREA indicam uma quebra significativa do número de dormidas na ilha Terceira nos meses de fevereiro e março deste ano. Em comparação com o ano anterior, foram registadas no mês de fevereiro, menos 2 133 dormidas, enquanto no mês de março houve menos 5 681 dormidas. O crescimento que se verificou no mês de janeiro relativamente ao ano anterior não é suficientemente significativo, uma vez que os valores são inferiores aos de janeiro de 2020, um mês antes do início da pandemia da Covid-19 em que se registaram 24 053 dormidas, um número que baixou para as 19 653 em janeiro de 2023.

Apesar da evolução crescente do número de turistas entre 2019 e 2023, a verdade é que existe uma redução do número de dormidas decorrente da queda significativa da estada média na ilha durante estes meses, sendo que, no primeiro trimestre de 2020 era de três dias, tendo passado para 2,4 dias no mesmo período de 2023.

Esta tem sido uma preocupação do Partido Socialista, recentemente também levantada pelo CDS-PP que identificou estes problemas que tinham sido anteriormente rejeitados. Quando os problemas são apontados pela oposição, diz-se que está apenas a fazer o seu trabalho; quando a posição junta finalmente a sua voz à nossa, o grau de preocupação aumenta visto que se falava da ineficácia da promoção turística quando, afinal, se diz que não existe sequer uma estratégia de promoção turística desta ilha, o que é ainda mais grave. Não foram palavras do Partido Socialista, mas de outros atores políticos com responsabilidades em matéria de governação.

É verdade que os anos turísticos devem ser avaliados também na sua globalidade mas existe uma sazonalidade, ou seja, a época alta e a época baixa, que estamos em condições de analisar, verificando-se uma tendência decrescente. Se pudermos prever um acidente que está prestes a acontecer, normalmente tentamos evitá-lo. As questões da prevenção rodoviária são também relevantes no que diz respeito ao turismo, por isso há que prevenir de acordo com os valores de janeiro, fevereiro e março deste ano para tentarmos dar a volta à situação.

Uma outra preocupação é a redução do número de voos diretos para a ilha Terceira que poderiam ao menos ser compensados pelos reencaminhamentos gratuitos inter-ilhas, o que significa que temos um duplo problema: a redução dos voos diretos para a ilha Terceira e a falta de reencaminhamentos gratuitos, criando à partida um obstáculo económico para quem viaja para um dos outros *gateways* da região e pretende dirigir-se à ilha Terceira. São praticadas tarifas mais baixas numa grande parte dos voos externos para o *gateway* de São Miguel do que o custo da ligação aérea para a Terceira.

Lembrando que os 60 euros se aplicam apenas aos residentes, além de um problema económico, há também aqui um obstáculo psicológico, já que o valor de uma passagem de Lisboa para Ponta Delgada ronda os 20 euros, enquanto a ligação São Miguel/Terceira custa 70, 80 ou 90 euros, não esquecendo que, à partida, a necessidade de um voo de ligação é já um incómodo para muitos turistas.

Aproveito ainda para questionar a respeito dos investimentos que a Câmara Municipal tem feito na promoção da ilha Terceira, uma vez que, aparentemente, os mesmos são questionados pelo Governo Regional que é quem tem a primeira responsabilidade de o fazer.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Fazendo uma pequena retificação, estas questões vêm desde 2018 e é com muito orgulho que mantemos o nosso trabalho em prol de tudo isto. Apesar de implícito, agradecemos o elogio por parte da bancada do PS, mas não somos acríticos ou acéfalos em relação ao que corre bem ou mal e também não nos limitamos a papaguear os resultados positivos de 2022.

Com abordagens diferentes, os partidos da Coligação continuam com a postura combativa de defesa dos objetivos e interesses da ilha Terceira. Esta nota política que foi bem citada deve servir também de bíblia para a oposição por ser uma crítica muito mais assertiva e correta e surge no momento em que ouvimos o anúncio de ligações de Espanha e de Nova Iorque para Ponta Delgada que nos chocam um pouco porque a Terceira é a ilha com mais ligações naturais a qualquer desses destinos, não só pela presença militar na base das Lajes, como também pelo castelo filipino, a maior construção espanhola fora do seu território, pela ligação tauromáquica e até pela cerveja com o nome de heróis locais, além de muitos outros aspetos culturais que nos identificam e aproximam do país vizinho. Essa posição foi tomada por um dos partidos da Coligação de um órgão de ilha e não por um órgão do Governo como foi referido.

A promoção turística que tem sido feita pela Câmara Municipal em articulação com a Câmara do Comércio e a colaboração da vice-presidência do Governo surtiu efeitos em 2022 e espera-se o mesmo em 2023, algo que consideramos insuficiente e é preciso ir mais além.

De forma muito clara e sem papas na língua, o CDS-PP tomou uma posição positiva e assertiva ao jeito de crítica construtiva, apontando rumos e alternativas porque existem planos de promoção turística ao nível regional que, se calhar, têm que ser revistos. A «Visit Azores» está estabilizada mas a articulação e a forma como será feita a promoção turística, são aspetos críticos que devem ser aqui alertados a devido tempo porque de nada nos serve voltarmos a falar no assunto daqui a dois anos.

Com os dados de março, na medida do possível estamos ainda a tempo de salvar o ano, planeando de forma adequada os anos seguintes porque os indicadores apontam que o turismo da Terceira é dos que apresentam pior performance na região, encontrando-se abaixo da média e o terceiro a contar do fim. Nada disto é motivo de satisfação e é necessário reconhecer o mérito da oposição que está a fazer um bom trabalho internamente, não se limitando à defesa cega de tudo o que é feito e mantendo a mesma postura de há largos anos, que não muda por estarmos no poder ou na oposição. Manter-nos-emos firmes na defesa dos valores que constam nas nossas plataformas eleitorais e não abdicaremos de princípios que conciliámos com os nossos parceiros da Coligação.

Sr. presidente da Câmara – Estas questões da acessibilidade à ilha Terceira acompanham-nos há demasiado tempo e estão a gerar alguma frustração; têm vindo a ser discutidas há cerca de uma década nesta Assembleia e, particularmente no Conselho de Ilha, onde assumiram já

um papel extraordinariamente relevante. É uma matéria que, infelizmente, teima em não ser resolvida apesar da abertura do mercado do transporte aéreo em 2015, além de um conjunto de outras questões que foram surgindo.

Embora com cambiantes diversos, vão-se mantendo as razões fundamentais da insatisfação dos terceirenses. Dou os parabéns ao CDS-PP por ter levantado esta questão que nos une a todos e é fundamental para a sustentabilidade da economia da ilha Terceira. Creio que uma boa parte desta crítica pode também aplicar-se à atividade do próprio município que tem assumido a função de promotor do turismo na ilha Terceira mas os resultados não estão a aparecer, apesar dos grandes investimentos que temos vindo a fazer, desde a sinalização dos trilhos até à edição dos guias turísticos; visto que mais ninguém mais os fazia, o município teve que se chegar à frente em conjunto com a Câmara do Comércio.

Estamos a gastar em cada ano cerca de meio milhão de euros em diversos tipos de promoção turística, um investimento enorme com resultados frustrantes. Custa muito ver as coisas a caminharem num sentido diferente do que esperaríamos, por isso a Câmara tem também que analisar o que está a fazer e a forma como está a fazer.

Do meu ponto de vista, o grande limitador de tudo isto é a acessibilidade aérea. Por mais promoção que façamos de uma ilha que é extraordinariamente interessante e um dos melhores locais de visitação do ponto de vista cultural e da natureza, se as pessoas não conseguirem cá chegar, não teremos qualquer sucesso.

O grande problema reside na estruturação do transporte aéreo, em particular nas ligações ponto a ponto. Não sei se repararam mas, nestes últimos tempos, a SATA local está a fazer viagens diárias quase à dúzia, transportando passageiros de São Miguel para as outras ilhas. Basta utilizar essas aplicações que seguem os aviões para verem a nuvem de voos que saem de Ponta Delgada, o que se traduz no esforço imenso de uma companhia que é também nossa, com custos elevadíssimos que em nada contribuem para a sua saúde financeira. Isto está a acontecer porque se teima em canalizar para o mesmo sítio, todos os voos vindos do exterior. Enquanto se mantiver esta postura, de nada nos serve criticar, apesar de não haver em nenhuma outra ilha, algo que se aproxime da qualidade dos nossos guias turísticos, que são os melhores da região.

Temos do melhor do ponto de vista da nossa oferta turística, para não dizer mesmo o melhor. Somos uma ilha onde, infelizmente, os problemas sociais também existem, mas não são tão visíveis ou assustadores como noutros sítios, o que está a causar também alguns engulhos para quem nos visita e para a imagem externa do arquipélago. Apesar de tudo isso, as coisas são o que são, os números são factuais e as causas residem claramente no transporte aéreo.

Quanto a mim, está na altura de, mais uma vez, nesta Assembleia e também no Conselho de Ilha, revisitarmos o memorando que foi aprovado por unanimidade há uns anos, com as atualizações necessárias devido às alterações que foram acontecendo ao longo do tempo. Tivemos um ano em que tudo indicava que as coisas seguiam noutro sentido, mas foi apenas a exceção que confirma a regra, por isso temos que voltar a este assunto com olhos de ver na próxima reunião do Conselho de Ilha.

Com esta posição louvável do CDS-PP, creio estar na altura de voltarmos à unanimidade em torno destes assuntos, colocando os interesses da ilha Terceira acima das decisões meramente partidárias ou de conjuntura porque a situação é muito mais perene do que as questões de governação ou de oposição. Esta matéria foi objeto de um debate muito frutuoso na última reunião de Câmara onde foi possível encontrarmos unanimidade em torno destes pontos, por isso podem contar com a Câmara Municipal como parceiro e parte interessada para fazermos uma revisão geral do nosso percurso.

O ditado diz que não podemos esperar algo diferente se continuarmos a fazer o mesmo, por isso está na altura de analisarmos o que é necessário fazer. Nesse sentido, a Câmara pediu já uma reunião com os responsáveis da mesa do turismo da Câmara do Comércio que se comprometeram a estarem presentes numa reunião de Câmara logo a seguir às festas Sanjoaninas para um debate entre os dois lados na área executiva. Estamos disponíveis para, nesta Assembleia e no Conselho de Ilha, sermos parte de uma grande coligação em torno dos interesses da nossa ilha.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – A maior prova de que o centralismo de um *gateway* nos Açores não funciona é a existência do aeroporto de Ponta Delgada, que foi construído quando os Açores tinham já duas excelentes aeropistas em condições de fazerem essa ligação, por isso temos que reverter a situação e retomar rumos anteriores.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Cumprimento o senhor presidente e as senhoras membros da Mesa, o senhor presidente da Câmara e os restantes membros do executivo, os senhores deputados municipais. Utilizando uma frase que tem estado muito em voga, «vemos, ouvimos e lemos» e o que é evidente é evidente.

Está neste momento para consulta pública, um documento denominado Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, conhecido pela sigla POTRAA, que é inconcebível e muito desequilibrado. Para complementar a intervenção do meu colega de bancada Nuno Melo Alves, assim como as intervenções da bancada do Partido Socialista e do senhor presidente da Câmara, sugiro que participemos também nesse plano que está aberto aos cidadãos e talvez possa permitir também a participação das instituições. Não devemos deixar passar esse nem o outro plano que lhe é complementar com o nome de Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, uma espécie de documento executivo do anterior em que os desequilíbrios da promoção turística das várias ilhas da região são claramente visíveis.

Deixo aqui a sugestão para que façamos uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal com vista a elaborarmos um parecer dentro do prazo da consulta pública do referido plano, que me parece estar ainda a decorrer. Se for necessário e para termos ainda mais força institucional, sugiro que se antecipe também uma reunião do Conselho de Ilha da Terceira.

Quando as coisas se põem devagarinho e simpaticamente, mas acabam por entrar por um ouvido e sair pelo outro, a certa altura temos que falar mais alto para acentuarmos a força da nossa afirmação na defesa dos justos interesses da ilha e da própria região. A ninguém serve a

concentração de toda a atividade económica e política numa só ilha, algo que se revela contrário à autonomia que subscrevemos.

Muita ironia se tem feito contra o conceito de desenvolvimento harmónico que deve ser cada vez mais afirmado. As assembleias municipais de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, assim como o Conselho de Ilha, devem tomar posições muito frontais em relação a estes documentos, reforçando as posições que aqui acabaram de ser afirmadas. Adianto também que, embora não pense tratar-se de política oficial do Governo, na opinião pública geral em São Miguel, nomeadamente em algumas instituições representativas, há o entendimento de que deve existir um único *gateway* para voos do exterior, nomeadamente os internacionais. Isto corre de forma surda e não afirmada mas não devemos deixar de ter em atenção que, e utilizando uma expressão popular, «há gente com os olhos maiores do que a barriga».

Se o senhor presidente mo permitir, gostaria agora de levantar duas questões institucionais ou, se preferir, um ponto de ordem à Mesa, permitindo-me não estar sujeito à hora do debate. Temos a satisfação de ver as câmaras de filmar na nossa sala e como se pôde ver pelo debate anterior, foram aqui referidos assuntos importantes para os cidadãos que podem assistir em direto mas, infelizmente e tanto quanto sei, o sistema ainda não mudou e não fica disponível qualquer gravação dos nossos trabalhos. Mais do que sugerir, gostaria de pedir ao senhor presidente da Mesa que mudasse o sistema de cobertura dos nossos trabalhos para que seja possível assegurar a sobrevivência da gravação durante algum tempo.

Num segundo ponto de ordem, levanta-se ciclicamente a questão de quem aqui representa o quê. Gostaria de saber se, e dando um exemplo, num caso de impedimento, a senhora vereadora Brites Cunha poderá ser substituída por um vereador do PSD ou, perante a ausência do senhor deputado Tomás Dentinho do PPM, poderá avançar um elemento da lista da Coligação.

Devo dizer que não manifesto grande concordância com a disposição que aqui é feita. Não sei se tenho razão mas a minha convicção é que a Coligação não é a soma do PSD com o CDS-PP e o PPM e gostaria que a disposição desta bancada fosse o n.º 1 da lista, seguido do n.º 2, do n.º 3, do n.º 4 e por aí fora com as eventuais exceções, não colocando juntos os membros do PSD ou do CDS-PP e deixando o membro do PPM isolado, porque nesta Assembleia somos uma coligação que é um único grupo municipal. Se me disserem que consta na lei de outra forma, contrariando o bom senso e a ética, acho que está mal porque concorri como Coligação e não como membro do PSD.

Sra. vereadora Brites Cunha – Muito bom dia senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhores deputados municipais.

Estaria mais interessada em falar da posição do CDS-PP na Comissão Política de Ilha, da qual sou vice-presidente, mas parece-me estarmos todos de acordo quanto a essas matérias. Na sequência da intervenção do senhor deputado Carlos Costa Neves, julgo tratar-se de duas situações diferentes. A nossa representatividade no executivo camarário não é exercida nos mesmos moldes do que acontece no grupo da Coligação, que assim decidiu internamente e bem, sendo o senhor deputado Carlos Costa Neves o líder da bancada.

No caso da nossa oposição na vereação, partindo do princípio que o CDS-PP deve estar sempre representado, sempre que faltei, fiz-me substituir pelo membro seguinte da lista que é o senhor enfermeiro Pedro Fins. As situações são diferentes e é muito importante que a Coligação não perca a sua identidade relativamente aos partidos que a compõem e se devem fazer representar, pelo menos nas reuniões de Câmara.

Sr. presidente da Mesa – Senhor deputado Carlos Costa Neves, o assunto referente às gravações das sessões desta Assembleia tem vindo a ser debatido na tentativa de encontrarmos uma alternativa. Contudo, gostaria de esclarecer também que as gravações áudio das reuniões da Assembleia Municipal desde há dez anos estão devidamente gravadas e guardadas e podem sempre ser solicitadas aos serviços de apoio à Assembleia Municipal. Será possível disponibilizar no *site* da Câmara Municipal, qualquer registo áudio desta Assembleia dos últimos dez anos ou fornecê-lo a quem o requisitar. Está tudo salvaguardado e bem conservado, permitindo em qualquer altura, o acesso àquilo que cada um disse e ao que foi decidido nesta Assembleia.

Quanto às substituições, como o senhor deputado Carlos Costa Neves sabe, não sou jurista mas tenho sempre o cuidado de solicitar pareceres jurídicos para salvaguardar a legalidade das ações e medidas que tomamos na Assembleia Municipal e o que me é dito é que a substituição dos senhores deputados municipais deverá ser feita pelo seu grupo, ou seja, um deputado só poderá ser substituído pelo deputado do seu partido que constar imediatamente a seguir na lista.

Neste momento temos quatro deputados do CDS-PP na Assembleia Municipal, quando são três, os deputados eleitos. Há aqui um problema legal para o qual temos que encontrar uma solução porque o parecer jurídico que temos vai nesse sentido. Poderá haver pareceres com outros entendimentos e da nossa parte não temos quaisquer objeções desde que as ações sejam estritamente legais, sob pena de podermos estar aqui a tomar decisões com votações que poderão ser questionadas posteriormente ou consideradas ilegais.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Em relação à primeira questão, o meu problema não é a existência de registos áudio das sessões, mas sim o acesso por parte do público a um registo áudio ou vídeo das reuniões. Assim como posso ir ver touradas ou danças de carnaval num determinado sítio, com maior razão gostaria de poder ver a reunião da minha Assembleia Municipal, pelo menos durante o período intercalar entre reuniões, porque a transmissão em direto não serve de nada. Diria que o registo áudio seria uma emenda que não satisfaz, a não ser que ficasse também disponível no *site* entre uma e a outra reunião da Assembleia Municipal.

O que me interessa é a publicitação e não o registo das reuniões. Nós aprovamos atas e é sempre bom haver um registo áudio da reunião para que eu possa recorrer a um arquivo, mas quero deixar claro que o nosso problema é a disponibilidade do som e da imagem que aqui são registados durante, pelo menos, o período entre duas assembleias municipais, podendo depois a gravação ser substituída pela seguinte. É esse o pedido que tem sido feito ao longo do tempo.

A gestão do grupo parlamentar da Coligação, tal como a gestão da representação da vereação, é uma questão puramente interna do grupo da Coligação. Respeito muito a responsabilidade que a senhora vereadora Brites Cunha tem tido e o entendimento entre os vereadores para que ela seja substituída por outro deputado do seu partido mas, da minha parte e da bancada da Coligação, temos o entendimento interno de que não somos três partes; somos apenas uma parte e seguimos a lista de eleição, ou seja, se o n.º 9 não pode vir, avança o n.º 10, se o n.º 10 não pode vir, avança o n.º 11 e assim sucessivamente. Poderíamos ter a bancada composta apenas por membros do CDS-PP, do PSD ou por ambos os partidos.

Como esta é uma questão técnica que precisa de ser aprofundada, reservaria a discussão para um *tête-à-tête* com o senhor presidente para não estarmos aqui a tirar tempo à Assembleia. De qualquer forma, reafirmo que esta bancada poderia ser composta apenas por um só partido porque continuaria a ser o grupo municipal da Coligação e seguimos a ordem da eleição e não a ordem dos partidos. Se o n.º 10 é do CDS-PP e o n.º 9 é do PSD, é o n.º 10 que entra, se o n.º 10 é do PPM e o n.º 11 é do PSD, é o n.º 11 que entra.

Seguimos a lista de eleição, achamos que assim é que está correto e não concordamos com a separação, como se o oceano tivesse barreiras entre si, neste caso entre o CDS-PP, o PSD e o PPM. Esta é a bancada da Coligação em que são apresentados documentos da coligação. A partir do momento em que assumimos um só grupo parlamentar, é um só grupo parlamentar que gerimos como muito bem entendermos, comunicando obviamente aos serviços administrativos competentes.

Quanto aos aspetos jurídicos, discuti-los-ei com o senhor presidente, mas adianto que, tal como normalmente acontece com os médicos e que se diz que é preciso ouvir uma segunda opinião, no que respeita às posições jurídicas, posso dizer-lhe que, para cada advogado, a sua interpretação.

Sr. presidente da Mesa – Muito obrigado, senhor deputado Carlos Costa Neves. Pelas razões óbvias que justificou, não vou alimentar esta discussão, o que lhe vou dizer é que a Mesa irá solicitar um parecer jurídico por escrito que fundamente estas situações. Como disse, a Mesa não tem nenhum jurista, por isso não está habilitada para fazer essa leitura.

Como o senhor disse e bem, cada apreciação e cada leitura varia de jurista para jurista e apenas se pretende salvaguardar a legitimidade das decisões que aqui são tomadas porque, num determinado momento, alguém poderá levantar essa questão, pondo por terra todo um trabalho que aqui se fez durante a reunião.

A Mesa entende que deve solicitar um outro parecer jurídico que considere mais pertinente e adequado que fundamente aquilo que acabámos de discutir e esperamos ter uma resposta a esta questão já na próxima sessão da Assembleia.

Sr. d. m. José Toste – No seguimento da intervenção anterior quanto às dormidas, a situação da Pousada da Juventude deveria ser novamente abordada nesta Assembleia Municipal. De acordo com os dados estatísticos que temos, a pousada teve 515 dormidas nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020, enquanto apresentou zero dormidas em 2021, 2022 e 2023. Dado que o município já se disponibilizou em sede de Assembleia Municipal para

fazer a gestão direta desta pousada, gostaria de saber se houve alguma resposta por parte da entidade responsável pela gestão da pousada, qual o seu futuro e se continuaremos mais umas Sanjoaninas e mais um ano sem podermos oferecer uma melhor resposta em termos de dormidas.

Uma outra questão que era uma bandeira eleitoral do executivo municipal é a rampa *ro-ro* que se encontra concluída, por isso gostaria de saber se a mesma poderá ser utilizada já durante a próxima época nas ligações inter-ilhas por via marítima ou se continuará inutilizada até à conclusão das obras do Porto das Pipas que se arrastam quase *ad aeternum*.

Sr. presidente da Câmara – Não temos informações concretas acerca da utilização da rampa, embora tenhamos uma razoável certeza que não será utilizada este verão. As razões da não utilização têm a ver com a criação de um perímetro de segurança naquela zona em torno da obra que obriga ao encerramento do Porto. Contudo, não temos nenhuma informação, o que nos leva a uma outra questão conexa que é o futuro da Linha Lilás que, entretanto foi suspensa com o aparecimento da Covid-19. Está na altura de revisitarmos este assunto porque precisamos de mais informação para sabermos se foi uma suspensão ou uma morte e ainda não demos por isso.

As obras do Porto das Pipas têm enfrentado grandes dificuldades e creio que a «Portos dos Açores» tem feito as diligências necessárias para a sua conclusão, mas a verdade é que há ainda muito trabalho a fazer e a obra continuará garantidamente durante o verão, admitindo que não venha a acontecer nenhuma outra situação acessória.

A situação da Linha Lilás, que está implícita nesta intervenção, é para nós extremamente importante porque a ligação por transporte marítimo ganhou um enorme peso nos anos anteriores à Covid-19, particularmente numa altura que muita falta faz durante as Sanjoaninas em que chegámos a ter cerca de 3 000 pessoas transportadas naquela semana. A Linha Lilás permitia uma mobilidade e flexibilidade, particularmente aos grupos organizados como as filarmónicas, as marchas e outros de qualquer natureza, que utilizavam este tipo de transporte para participarem nas Sanjoaninas juntamente com muitas mais pessoas que os acompanhavam. Dividindo 3 000 pessoas por 60 por avião, estamos a falar em muitos e muitos voos com custos muito menores e soluções muito mais eficazes.

Temos a Ilha de São Jorge aqui ao pé e um transporte nada satisfatório. É verdade que há ligações para a Praia da Vitória, mas também são insuficientes, particularmente nos períodos de maior afluência. Além das Sanjoaninas, temos também as Festas da Praia e um conjunto de outros eventos que acontecem durante o Verão, daí a importância do reforço dos transportes para o grupo central. É preciso também clareza em relação ao futuro da ligação à ilha Graciosa que tem ficado mais ou menos perdida e é também muito importante para este concelho e para esta ilha, um assunto que não deve ficar esquecido. Permitam-me fazer a sugestão de que, nessa reunião que há pouco foi referida sobre as questões da promoção, se inclua e revisite também este dossiê que é antigo e teve já diversas configurações.

A situação da Pousada da Juventude é bastante complexa porque o edifício começa a dar sinais de clara degradação. Oficiámos a quem de direito, manifestando o nosso interesse no

processo e foi-nos dito que em breve haveria obras e o assunto ficaria resolvido, mas até agora não vi as obras e soube que uma empresa se prepara para utilizar aquele espaço para fazer refeições para o estabelecimento prisional. A notícia chegou-nos por via da recolha de resíduos e deixou-nos espantados. Nada mais sei sobre o assunto mas o município continua interessado em manter aquele espaço aberto e funcional. Lembramos com alguma saudade, um senhor deputado que fazia aqui uma intervenção profunda sempre que aquela pousada ficasse inativa um dia sequer, uma valência que o PSD perdeu. Refiro-me ao senhor deputado municipal Luís Rendeiro que tinha a Pousada da Juventude como um dos seus assuntos de peito.

Sr. d. m. Paulo Gomes (presidente da J. F. de S. Mateus) – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais e senhores presidentes de juntas de freguesia.

Intervindo na qualidade de presidente da Junta de Freguesia da vila de São Mateus onde está situada a Pousada da Juventude, gostaria de prestar um esclarecimento, visto persistirem ainda algumas dúvidas acerca do processo que foi iniciado em 2019 da cedência daquele espaço por parte do Governo Regional por um período de vinte anos, a uma empresa a troco de cento e poucos mil euros.

A empresa em causa considerou que algumas situações relativas à estrutura do edifício, deveriam ter sido acauteladas e requalificadas pelo Governo Regional e entrou com um processo para que as obras fossem feitas. Entretanto o processo coincidiu com a entrada em funções do novo Governo em 2020, têm decorrido algumas auditorias externas para aferir quem tem razão e as coisas estão em bom andamento. Eu próprio tenho falado com um dos sócios da empresa que tem todo o interesse em abrir a pousada mas não o pode fazer enquanto a situação não for resolvida e o Governo Regional não pode denunciar o contrato, ao contrário do que pensavam algumas pessoas.

O executivo da Junta de Freguesia tem todo o interesse em que a situação seja resolvida e esperamos que a pousada volte a funcionar a breve trecho, atendendo ao crescimento do turismo na Terceira. Apesar de algumas críticas e de ter havido um decréscimo em 2021, batemos o record em 2022 com valores claramente acima do que se verificou em 2019. Tudo isto para dizer que, efetivamente, a Pousada da Juventude é importante, um espaço que pode contribuir com mais camas para atender a quem nos visita durante todo o ano.

Sr. presidente da Câmara – Obtivemos já os horários das linhas de ligação marítima e, de facto, para que se faça justiça no assunto, vamos ter a funcionar neste verão às segundas e sextas-feiras, a Linha Branca que vem da Graciosa até à Praia da Vitória e também a Linha Lilás às terças e sábados. Apesar de muito longe daquilo que desejaríamos, ao menos é o que temos e não quero que fique a ideia que estamos a dizer que não existe nada.

A respeito da Pousada da Juventude, percebo a defesa que está a ser feita de um assunto muito difícil de defender mas a verdade é que o respetivo contrato está publicado no Jornal Oficial que está disponível na internet e não deixa quaisquer dúvidas. Se houvesse vontade, teria já sido possível resolver esta questão, assim como a resolução do próprio contrato, mas é uma questão de opções políticas e o Governo Regional decidiu legitimamente como achou

melhor. Conheço a empresa em causa, estou a par das condições do contrato e não auguro grande futuro para esta matéria, mas cá estaremos para ver.

Sra. d. m. Marília Vargas – No passado dia 23 de maio teve lugar nas instalações do Centro de saúde de Angra do Heroísmo, o Conselho Consultivo da Saúde, no qual participei como representante da bancada do PS nesta Assembleia, em que foi analisado o relatório de atividades referente ao ano 2022 e o plano de atividades para 2023. Quero assim dar aqui conhecimento das preocupações do Conselho Consultivo da Saúde, nomeadamente da situação financeira da USIT que, neste momento, tem uma dívida a terceiros de 6,9 milhões de euros que se deve sobretudo à ausência de transferências por parte do Governo Regional que, neste momento, deve nove milhões de euros àquela unidade de saúde.

Lembro que foi abordado na sessão anterior desta Assembleia, o problema dos Núcleos de Saúde Familiar, que não têm dinheiro para as despesas de funcionamento, por isso têm dependido da ajuda das juntas de freguesia e das casas do povo e também do apoio por parte da Câmara Municipal para poderem sobreviver.

Na última sessão da Assembleia Municipal foi ainda referido um protocolo a celebrar com a Câmara Municipal de apoio a estes núcleos de saúde, o que nos leva a manifestar mais uma vez o nosso descontentamento acerca deste abandono por parte do Governo Regional que deve assumir as suas responsabilidades, pagando à USIT essa dívida de nove milhões de euros. Sabemos que a saúde financeira da Câmara é excelente mas a saúde é uma competência do Governo Regional dos Açores.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante executivo, senhores deputados municipais.

Como disse a senhora deputada Marília Vargas, as dívidas devem serem pagas e este Governo tudo tem feito para as pagar, algumas com mais de vinte anos em que houve um subfinanciamento crónico que coloca vários entraves na atividade assistencial. Ainda assim, a Unidade de Saúde da Ilha Terceira tem feito por garantir a atividade assistencial aos seus utentes e o funcionamento de todas as suas valências. O assunto foi aqui trazido na última reunião da Assembleia Municipal, está a ser discutido hoje e há de voltar a sê-lo nas próximas sessões. Sem criar alarmismos artificiais, estamos ao lado dos utentes numa atitude responsável, de coerência e de crítica quando tiver que ser.

Passo agora ao assunto que pretendo trazer aqui relativo ao trânsito e ao estacionamento em Angra do Heroísmo, há pouco aqui referido pelo senhor Miguel Conde no período destinado à participação do público. O novo terminal rodoviário entrou há dias em funcionamento, uma reivindicação antiga do PSD no sentido de retirar os autocarros de maiores dimensões do centro de Angra do Heroísmo. Dado que este terminal rodoviário integra um plano mais abrangente, gostaria de conhecer o ponto da situação relativo à empreitada de reordenamento do trânsito urbano entre o Alto das Covas e o Fanal e ao espaço de estacionamento junto à praça Almeida Garrett.

Considerando a entrada em funcionamento do novo regime de estacionamento tarifado, pergunto à Câmara por que razão era ainda possível pagar estacionamento até ao final do dia

de ontem em zonas já isentas, nomeadamente no Largo dos Remédios e na Rua de Baixo de São Pedro. É importante informar a população que este regime está já em funcionamento, sendo necessário atualizá-lo e torná-lo funcional.

A respeito da sinalização de trânsito horizontal e vertical, têm acontecido situações caricatas à saída do novo terminal na zona do Bailão com as viaturas ligeiras de aluguer a virarem também à esquerda na avenida Tenente Coronel José Agostinho, à semelhança do que é feito pelos autocarros. Creio que foi aqui referida pelo senhor presidente da Câmara, a colocação ali de uns semáforos com uns botões que seriam acionados pelos motoristas, algo que ainda não aconteceu, por isso gostaria de saber quando entra efetivamente em funcionamento o novo terminal e o novo reordenamento do trânsito urbano.

Sr. d. m. César Medeiros – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros deputados municipais.

Esta minha intervenção vai ao encontro dos temas já aqui abordados referentes à nossa capacidade de bem receber e à atratividade da ilha Terceira que também passa pela nossa organização, disponibilidade e acesso às infraestruturas.

Sabemos que, em algumas zonas, a época balnear começará a 15 de Junho, enquanto noutras teve o seu início no dia 1. Assim sendo, aproveito para solicitar ao senhor presidente da Câmara um ponto da situação acerca do estado de conservação das zonas balneares e de banhos e dos acessos às instalações sanitárias do Negrito em São Mateus, uma zona balnear com uma afluência considerável. As pessoas precisam de um acesso digno às casas de banho, que ainda se encontram encerradas por não se ter iniciado a época balnear, mas se formos ao Fanal, vemos que já se encontram abertas. Peço também algumas informações a respeito da previsão do preenchimento de nadadores salvadores na próxima época balnear.

O povo dos Açores orgulha-se em trabalhar para manter o seu edificado em boas condições de conservação mas sabemos que o Estado nem sempre dá o melhor exemplo. Há exceções de bons exemplos, que são raros por razões óbvias de prioridades de gestão de recursos, algo que acontece com todos. Como angrenses, quando olhamos para o exterior dos edifícios das piscinas municipais ou do *bowling*, ficamos pouco satisfeitos com o seu estado de degradação porque gostamos de zelar pela preservação das infraestruturas da nossa cidade, algo que pretendemos transmitir às gerações futuras.

Sr. presidente da Câmara – A saúde é uma questão extremamente importante e é preciso prestar aqui um esclarecimento, alargando um pouco esta informação para algo que tem vindo a ser recorrente.

Começa a haver uma certa confusão em algumas instituições entre aquilo que são as funções dos municípios nos Açores e o que está a acontecer no continente. Segundo o entendimento de algumas pessoas, é obrigação da Câmara a resolução dos problemas dos postos de saúde, o que não acontece nos Açores, ao contrário do continente onde houve transferência de competências e dos respetivos custos. O município de Angra poderia fazer o mesmo com todo o gosto mas cabe à Assembleia Legislativa Regional resolver a questão com a partilha de verbas.

Os municípios dos Açores não têm qualquer obrigação em relação ao funcionamento dos postos de saúde. Temos vindo a assumir essa ajuda voluntariamente com verbas próprias do município que não se destinam a esse fim, mas fazemo-lo porque sabemos que é essencial para os munícipes no sentido do serviço público e a obrigação compete ao Governo Regional que fica com todos os impostos que são cobrados na região. Infelizmente, esta situação está a acontecer em vários setores em que parece que a Câmara é que tem a obrigação de o fazer, já que a região tem vindo a desaparecer nestas atividades. Vamos financiando ao lado porque não houve qualquer transferência de competências, uma questão que é essencial para o futuro da autonomia. Enquanto continuarmos a fingir que aquilo que está a acontecer no continente, nada tem a ver connosco, estamos a enganar-nos e dentro de pouco tempo vamos ter uma seríssima crise no sistema autonómico. Ninguém quer ouvir falar disto mas é o que tem que ser dito.

Está a decorrer neste momento um processo de revisão da Lei das Finanças Locais. A senhora vereadora Fátima Amorim estará presente na semana que vem num evento que contará com a presença do senhor primeiro-ministro e de um conjunto de outras pessoas que abordarão esta matéria.

É importante perceber-se que a Câmara Municipal está a substituir-se ao Governo Regional na cultura, nas estradas, na água, na saúde e na educação sem quaisquer contrapartidas. Não significa que as estejamos a reivindicar, mas queremos que fique muito claro que há obrigações de uns e obrigações de outros e quando falta papel higiénico ou desinfetante num posto de saúde, até parece que foi a Câmara que não forneceu. A Câmara não tem essa obrigação, foi o Governo que o não fez e é importante que isto se diga.

Passando à segunda questão, já que estamos a falar de edifícios com má manutenção, convido-vos a repararem no museu aqui atrás. Mete nojo o que ali está. Olhem para a sede da Secretaria Regional da Educação, que está para entrar em obras desde a altura em que fui secretário da educação, e vejam também a situação miserável de falta de manutenção em que se encontram outros edifícios.

É óbvio que nem tudo é perfeito do lado da Câmara mas fazemos todos os possíveis. Como os senhores têm visto, está a ser feita a manutenção neste edifício que ficará impecável nas próximas semanas. O pavilhão municipal está a precisar de pintura mas as piscinas acabaram de ser pintadas e está neste momento a iniciar-se o processo de substituição da cobertura do edifício do *bowling* que está concessionado a uma entidade, uma obra da responsabilidade do município enquanto senhorio. Tem havido alguns problemas porque a cobertura não tem a inclinação adequada mas vamos fazer mais uma tentativa para resolvermos o assunto, iniciando ali mais uma obra de grande vulto. O pavilhão municipal tem problemas sérios na cobertura, estamos à procura da melhor oportunidade mas havemos de lá chegar.

Temos feito um enorme esforço conjunto para mantermos os edifícios municipais e das juntas de freguesia nas melhores condições, assim como as igrejas e tudo o que são edifícios coletivos que têm solicitado o apoio da Câmara Municipal. Nada tem sido negado, mesmo quando não deveria ser assim. Lembro o caso da igreja de São Sebastião, um edifício

classificado que não obteve ajuda da parte da Secretaria Regional da Cultura, que informou só poder apoiar daqui a três ou quatro anos. Como o edifício está a precisar urgentemente de pintura, a Câmara Municipal chegou-se mais uma vez à frente, substituindo-se ao Governo Regional e pagando a obra a 100%.

Estamos perante uma falta de capacidade de intervenção por quem de direito, que começa a ser dolorosa para o município. Estamos no campo dos planos e dos programas mas não vemos nada no terreno.

O processo das alterações ao circuito dos autocarros está em curso e as coisas vão acontecendo lentamente porque a empresa que tem a seu cargo o transporte coletivo, tem sérias dificuldades em readaptar a sua frota. Estão em circulação, muitos mais autocarros grandes do que os necessários e precisamos de mais viaturas de menor dimensão, ou seja, os miniautocarros.

Temos aqui um problema de desadequação da frota que não pode ser resolvido de um momento para o outro e já se contactou várias entidades no sentido de aferir a possibilidade de algum tipo de apoio comunitário que ajude a empresa a resolver a situação. Este processo continuará provavelmente durante vários anos porque não é de um dia para o outro que uma empresa consegue reestruturar a sua frota que, na maior parte dos casos, é composta por viaturas com uma vintena de anos. Estamos a falar num investimento de fundo, além de outras questões relacionadas com o próprio concurso para a concessão de rotas, uma matéria que tem vindo a ser protelada ano após ano mas estamos empenhados em resolvê-la.

Quanto à questão do Alto das Covas, havemos de lá chegar na altura certa porque não podemos fazer todas as obras ao mesmo tempo ao ponto de ninguém poder circular em lado nenhum com o risco de causarmos um impacto negativo sobre aquilo que mais queremos proteger que é a vitalidade do comércio de porta aberta na cidade. Se houver um turista ou outro que, ao sair do Bailão, vire para baixo, não me parece que venha mal ao mundo. Nunca o fiz mas já me apeteceu virar também ali e não há problema que algum turista o faça. Aquele senhor está farto de ficar ali no *hall* de entrada da Câmara à espera que o levem para o Alto das Covas, mas vamos dizer-lhe que tal vai acontecer o mais rapidamente possível e tudo isto teria sido bem mais fácil se o diálogo com algumas entidades não fosse tão complicado.

Respondendo agora às questões respeitantes às zonas balneares, sem o prejuízo de pedir ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra ao senhor vereador Paulo Lima que tem este dossiê à sua conta, na verdade a data de abertura da época balnear acaba por ser fictícia porque o que conta é a entrada ao serviço dos nadadores salvadores, embora este ano tenha surgido uma extraordinária iniciativa da parte do Governo que nos mandou um modelo de aviso para colocarmos ali no Fanal a dizer «não tome banho porque estas não são umas das nossas águas identificadas» e é óbvio que já dissemos que não estamos interessados em fazê-lo. Não sei bem porquê mas, aparentemente, agora só podemos ir tomar banho para zonas que sejam devidamente aprovadas.

O início e o fim da época balnear não são relevantes porque fizemos já uma experiência de prolongamento que foi um absoluto insucesso porque tivemos os nadadores salvadores ali

sentados à espera que acontecesse algo que nunca aconteceu. Enquanto o número de banhistas se mantiver dentro do padrão atual, as coisas estão bem assim.

O novo estacionamento entrou em vigor mas ainda não foi possível retirar todas as máquinas e foi dito ao adjudicatário que as cobrisse com um plástico. Infelizmente, continua a existir este pequeno mas irritante vandalismo com o roubo de sinais e o arrancar disto ou daquilo. Não sei se foi o que aconteceu e o senhor vereador Paulo Lima já enviou uma mensagem a quem de direito a perguntar o que se passa com esta história.

Quanto ao estacionamento da praça Almeida Garrett, depois de um debate infinito com a figura do costume, temos finalmente um projeto aprovado e estamos à procura de alguém que queira investir porque se trata da construção de um edifício com uma dúzia de apartamentos que financiam a obra. Esperemos que seja possível encontrar interessados, porque assim o orçamento municipal ficaria bastante mais aliviado, caso contrário, teremos que aguardar pelo próximo quadro comunitário.

Senhor vereador Paulo Lima – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e colegas vereadores, senhores deputados municipais.

A época balnear ocorrerá entre 15 de junho e 15 de setembro. À semelhança do que aconteceu o ano passado, fizemos várias intervenções de manutenção e melhoramento das nossas sete zonas balneares e da zona de banhos do Fanal. Por ter sido destruída pelo mar há uns tempos, a zona balnear da Salga precisou de um pouco mais de atenção mas os trabalhos foram já concluídos, continuando a decorrer a bom ritmo a intervenção no parque de campismo que fora também afetado pela agitação marítima.

Tivemos o cuidado de convidar vários empreiteiros do concelho para realizarem algumas intervenções nas zonas balneares do Refugo, Negrito, Prainha, Salgueiros e Silveira, com trabalhos de melhoramento ao nível dos degraus, solários e chuveiros, além de pequenos serviços de pintura. As intervenções têm decorrido dentro da normalidade, tendo algumas dessas obras sido já entregues pelos respetivos empreiteiros.

A vistoria às zonas balneares por parte da autoridade marítima e da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas decorrerá no próximo dia 13 de junho para que possamos dar início à época balnear no dia 15. Assinámos o protocolo com os Bombeiros Voluntários e tive a oportunidade de reunir com o coordenador que me garantiu que não teremos falta de nadadores salvadores na presente época balnear.

As instalações sanitárias do Negrito, assim como as da Salga e do Porto Judeu, estão sempre abertas ao público e são da responsabilidade das juntas de freguesia. Como sabem, está praticamente concluído o processo de hasta pública de arrendamento daquele espaço do Negrito que anteriormente estava cedido aos *motards*, sendo que os balneários ficarão a cargo da empresa responsável por aquele espaço.

Sra. d. m. Marília Vargas – A herança deste Governo Regional foi boa mas os filhos não a souberam usar. Não sei se a senhora deputada Luísa Barcelos o fez mas eu fui consultar e a herança da USIT foi uma dívida de 1,9 milhões de euros que aumentou para 6,9 milhões à custa das ausências de transferências do Governo Regional que, em 2021, não pagou os 4,5 milhões

de euros, assim como os 4,5 milhões que estavam contemplados no orçamento da região em 2022. Se a senhora deputada diz estar ao lado dos utentes, faça pressão para que o seu Governo proceda a essas transferências porque a USIT está a precisar desse dinheiro.

Sra. d. m. Elsa Costa – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, Exmos. deputados municipais e membro do público aqui presente.

Fiz parte de outras assembleias, talvez há cerca de seis anos e já com a presença do senhor presidente da Câmara, que às vezes tem uma memória curtinha, parecendo esquecer-se que esta questão dos edifícios públicos vem de há muito e envolveu também a discussão do amianto. O senhor sempre catapultou essa responsabilidade para o Governo Regional, que na altura era do seu partido, por isso não venha agora dizer que a responsabilidade é nossa. Contudo, congratulo-me com a obra do parque de estacionamento que fez na Silveira, uma velha batalha que travei aqui consigo por diversas vezes. O senhor dizia que a obra competia ao Governo Regional, mas afinal acabou por resolvê-la. Como vê, por vezes o senhor consegue resolver certas coisas sem passar a responsabilidade para o Governo.

A obra da zona de banhos do Fanal que o senhor fez, tem sido muito procurada no verão pelos nossos munícipes mas continua sem nadador salvador. Sei que o senhor vai dizer que não tem ou que não pode, mas quando quer, o senhor consegue. Dada a vasta afluência de pessoas, penso que deveria considerar a presença de um nadador salvador naquela zona; a obra é sua, como fez questão de nos dizer, por isso terá responsabilidades se algo acontecer ali.

Disseram-nos que os terrenos que estão em obras situados naquela zona costeira do Fanal por detrás do Caminho Novo se destinam à instalação dos carrosséis durante as Sanjoaninas. Visto que a obra não está assim tão avançada como tive oportunidade de constatar, o senhor presidente acha que estará pronta a tempo para as Sanjoaninas ou vai apresentar outra solução?

Sr. presidente da Câmara – Senhora deputada, é óbvio que não me esqueci de si. Quanto ao edifício do Negrito, o objetivo é que as casas de banho fiquem abertas durante todo ano, um serviço que faz parte das obrigações do contratante. Foi encontrada uma empresa que iniciou já os seus trabalhos para gerir aquele espaço, por isso esperemos que esteja parcialmente aberto no dia 15 de junho, pelo menos aquele pequeno quiosque de venda de gelados e outros produtos. Quanto ao resto, infelizmente o edifício apresenta um conjunto de problemas que vão demorar algum tempo a resolver e fazem parte das obrigações de quem para lá for. Ao contrário do que há pouco aqui foi dito, levamos essa questão a sério e o edifício terá que ser bem mantido e conservado.

Quanto à zona de banhos do Fanal, não temos qualquer interesse em continuar a multiplicar o número de zonas com nadador salvador porque temos já muitas despesas e demasiadas zonas balneares e de banhos para as dimensões do nosso concelho. Quem se sentir mais confortável com a presença de um nadador salvador, o menu é longo e tem sete zonas balneares por onde escolher.

A obra dos terrenos do Fanal está a ser feita com o objetivo de ficar pronta a título provisório na semana das Sanjoaninas para que lá funcionem os carrosséis, mas tencionamos podermos usar aquela zona relvada durante o resto do ano com bancos e outras infraestruturas para que as pessoas possam usufruir de um espaço de convívio e de ligação à natureza com uma vista magnífica para o pôr-do-sol. Este ano vamos ter ali um terreno pelado para instalar os carrosséis, como era tradição desta terra, e a estrutura definitiva surgirá com certeza no próximo outono quando tivermos condições para plantar as árvores, colocar as relvas e os bancos e tudo o que venha a ser preciso. Aquela é uma obra de ajardinamento com algum grau de complexidade.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura integral dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Informação do Senhor presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de fevereiro a 31 de março de 2023, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A atividade do município decorreu com toda a normalidade no período transcorrido entre as duas sessões da Assembleia que foi manifestamente curto. As obras em curso estão a ser desenvolvidas com razoável normalidade apesar de alguns atrasos aqui e ali como tem sido habitual. Uma das empreitadas mais preocupantes é a manutenção deste edifício, em que foi resolvida uma parte das janelas e das portas do lado da frente, mas continuamos com alguns problemas relacionados com a casa de banho. Temos muito trabalho para fazer nas duas semanas que faltam mas vamos fazer tudo para que o edifício fique o mais pronto possível para as Sanjoaninas.

A obra aqui atrás está a decorrer com normalidade mas tem sido mais complexa do que o que se esperava porque o edifício tem um conjunto de patologias que nos levaram a tomar algumas medidas de correção. As coisas estão a avançar e a obra é grande mas trará muitas vantagens para o município, incluindo o funcionamento desta Assembleia que passará a ter uma sala própria e outras condições. Vamos reduzir também os danos causados aqui no Salão Nobre porque estas mesas em cima deste sobrado não são propriamente a melhor das soluções.

A obra aqui atrás está a entrar numa fase de construção mais fácil e espera-se que fique pronta até ao fim do ano. As partes estruturais foram resolvidas e está feito o poço do elevador que será instalado aqui nas traseiras. Esperamos ter também prontas as casas de banho deste edifício pelo menos até ao dia do desfile da rainha, para que não tenha que fazer uma viagem

longa. As coisas não têm sido fáceis para quem trabalha aqui mas vamos tentar resolver o assunto o mais rapidamente possível.

A outra obra que precisa de ficar pronta o mais rapidamente possível é esta aqui ao lado na Ladeira de São Francisco, onde há ainda muito trabalho para fazer, assim como a obra da Canada do Rolo na Terra Chã que está a aproximar-se do seu termo. Temos uma outra obra numa fase difícil para quem lá mora mas é extremamente necessária devido à substituição da rede e da repavimentação do troço entre a Boa Hora e as Bicas de Cabo Verde. Está a decorrer dentro do tempo que seria de esperar e é relativamente complexa mas esperamos tê-la concluída ao longo deste verão.

Dentro da atividade municipal aconteceram várias ações que fazem parte do mesmo processo: a questão da mobilidade na zona urbana da cidade e a transferência das carreiras para o Bailão. Estamos no início e há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de reforçar os percursos e melhorar as condições, particularmente a quem vive na periferia no lado norte da cidade. A acessibilidade à zona alta de Santa Luzia, ao Posto Santo e ao Lameirinho não é aquela que gostaríamos porque necessitamos de um maior número de miniautocarros e vamos tentar as melhores soluções junto da empresa que tem isso a seu cargo. Temos uma reunião marcada para esta semana no sentido de tentarmos dar mais um passo neste processo que, necessariamente, se prolongará por dois ou três anos. Este projeto apenas terá plena execução quando houver uma nova frota de viaturas mais pequenas que possam cobrir a zona urbana com maior densidade.

Entrou em vigor o novo regime de estacionamento tarifado e há outras questões que só ficarão resolvidas depois das Sanjoaninas, nomeadamente a substituição de toda a sinalização na parte alta. Temos neste momento todos os trabalhadores da câmara empenhados na montagem de estruturas para as Sanjoaninas. A remoção de sinais e outros equipamentos fora da zona que agora está tarifada, será feita depois das festas e espero que esteja resolvida a questão da utilização indevida dos parquímetros. Os responsáveis estão neste momento a dar uma volta para verificarem se os equipamentos estão devidamente postos fora do serviço para que ninguém acabe por pagar inadvertidamente o que não deve.

Entraram também em funcionamento as bicicletas de uso partilhado mas hoje fomos obrigados a pará-las porque aconteceram duas coisas estranhíssimas e a primeira foi o facto de descobrir que temos demasiadas crianças com acesso a cartões de crédito. O objetivo da utilização das bicicletas com cartão de crédito era que os adultos as pudessem controlar e tal foi o nosso espanto ao verificarmos que, infelizmente, há pais que vão ao limite da irresponsabilidade ao darem cartões de crédito a crianças. Como é possível que tal aconteça? As bicicletas não eram devolvidas, os pais não se consideram responsáveis porque foi a criança de doze anos que a levantou e utilizou, mas a verdade é que os progenitores são os responsáveis porque o objetivo da utilização do cartão de crédito é justamente evitar a utilização das bicicletas por crianças.

Temos dúzias, para não dizer centenas de crianças com acesso a crédito bancário, algo que eu não esperava que acontecesse, e temos também as patifarias do costume em que

alguém já partiu uma bicicleta por não a ter conseguido desbloquear. Pega-se numa pedra de calçada e a bicicleta é que paga a frustração do vândalo.

Pelos vistos, há aqui um longo caminho de aprendizagem a percorrer. A empresa responsável está a reconfigurar o sistema para restringir ainda mais a questão do crédito porque, na verdade, não se conseguiu impedir que as crianças tivessem acesso às bicicletas. A partir de amanhã vamos reabrir com normas ainda mais restritas mas depois temos a questão do vandalismo que, infelizmente é recorrente nesta terra, e as bicicletas acabam por aparecer aqui e ali às 3 e às 4 horas da manhã sem se perceber como nem porquê. Há um conjunto de problemas na noite de Angra que precisam de ser resolvidos com urgência.

No que toca ao arranque de algumas infraestruturas, foram feitas duas adjudicações: a exploração daquele pequeno bar do terminal rodoviário e do edifício da zona balnear do Negrito. As empresas tomaram já posse do espaço e estão a preparar-se para abrir. A Câmara não tem muito interesse em ganhar dinheiro com isso, daí termos minimizado as rendas tanto quanto possível; em contrapartida, o adjudicatário tem a obrigação de manter a higiene e a limpeza desses espaços, incluindo as casas de banho que lhes estão associadas. No caso do terminal rodoviário, as pessoas devem utilizar a casa de banho do Bailão que está mesmo ali ao lado, já que a outra pertence ao bar e destina-se aos seus clientes.

O assunto do Negrito é mais complicado porque os *motards* deixaram o edifício com um conjunto de mazelas cuja reparação faz parte das obrigações da empresa que agora ficou com aquele espaço. Estão já a fazê-lo, esperamos que o espaço entre rapidamente em funcionamento e no dia 15 de junho, pela abertura da época balnear, estará já a funcionar a parte da venda de gelados, bifanas e outras coisas.

No que respeita às questões de natureza financeira, a boa notícia é que, provavelmente na próxima sessão desta Assembleia, vamos acrescentar 1,7 milhões de euros ao nosso orçamento porque conseguimos ver aprovada pelo Ministério da Cultura, uma verba destinada à recuperação da Igreja do Castelo e do restauro do interior da Igreja do Colégio. Ainda não temos os contratos assinados mas tenho a espectativa que seja possível acrescentar esse dinheiro ao orçamento na próxima sessão da Assembleia Municipal de 29 de setembro.

Nada a notar quanto às questões de pessoal e de funcionamento onde as coisas têm corrido com razoável normalidade. Está a decorrer apenas uma situação de natureza disciplinar relacionada com um facto menos comum que aconteceu e espero que se resolva com a devida justiça e clareza.

Na reunião da Conferência de Líderes foi pedida uma explicação mais aprofundada acerca do 1.º Direito mas pedirei ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra à senhora vereadora Fátima Amorim para que nos possa fazer essa exposição.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Muito bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Na última sessão da Assembleia Municipal tive a oportunidade de fazer referência ao Estudo Acompanhado em que recebemos candidaturas de setenta alunos de sete entidades

num total de doze turmas. Neste momento existem seis entidades que beneficiam do apoio ao Estudo Acompanhado com dez turmas que correspondem a cinquenta e quatro alunos. Esta diferença dos setenta para os cinquenta e quatro alunos deve-se a uma candidatura que não foi aprovada referente ao Centro Comunitário da Terra Chã em virtude de existir já naquela freguesia, um ponto de estudo no âmbito do PRR implementado pelo Governo Regional. Como sabem e de acordo com o que foi aprovado nesta Assembleia, sempre que exista uma medida idêntica levada a cabo pelo Governo Regional, a Câmara Municipal não aprovará nenhuma candidatura para aquela localidade. Em reuniões que temos mantido com a senhora Diretora Regional, doutora Sandra Garcia e com o próprio Centro Comunitário da Terra Chã, existe a possibilidade de integrarmos o ponto de estudo naquela freguesia no próximo ano letivo, ficando assim resolvida a situação desses alunos que estão a receber apoio do Estudo Acompanhado no Centro Comunitário.

Temos tido problemas relacionados com a assiduidade de alguns jovens, principalmente de duas entidades. Tive a oportunidade de visitar todas as salas de Estudo Acompanhado e de reunir com os professores que elogiam o melhoramento dos resultados ao nível escolar por parte dos alunos mais assíduos. Dado que tem sido uma grande ajuda para as escolas, os professores solicitaram ao município a manutenção desta medida no próximo ano letivo e é o que vamos continuar a fazer.

Na última reunião que tivemos com os professores que acompanham essas salas de Estudo Acompanhado foram-nos propostas algumas alterações pontuais ao regulamento, que vão ser analisadas internamente pelo elenco camarário e posteriormente em reunião de Câmara para as podermos apresentar à Assembleia Municipal.

Temos trabalhado de perto com a professora que monitoriza a sala de Estudo Acompanhado na vila de São Mateus onde se têm verificado problemas de assiduidade por parte de alguns jovens. Aquela sala levou algum tempo a iniciar devido a dificuldades de aceitação por parte dos pais. Foi necessário um trabalho bastante intenso da junta de freguesia e da própria professora para que esta sala fosse frequentada por um maior número de jovens, um processo que se tem revelado bastante difícil.

Na última reunião que mantive com todas as professoras das dez turmas de Estudo Acompanhado, foi-me dito que estão a trabalhar para que a candidatura do próximo ano envolva ainda mais jovens, visto tratar-se de uma medida muito importante em termos de educação e formação dos nossos jovens.

Fazendo um ponto da situação, temos uma sala de Estudo Acompanhado a funcionar na EBI de Angra do Heroísmo com alunos do 1.º ao 3.º ciclos das freguesias das Doze Ribeiras, Cinco Ribeiras e São Bartolomeu, cujo número não justificava uma sala de estudo nas respetivas freguesias. Após reuniões que tivemos com os pais, foi-nos dito que aceitavam que esta sala funcionasse na própria escola. O presidente autorizou que assim acontecesse e uma grande parte desses alunos, que apresentavam resultados insuficientes, têm agora demonstrado boa assiduidade e apresentado melhores notas, fazendo com que esta sala de Estudo Acompanhado seja um grande sucesso.

Como já referi, temos uma sala a funcionar em São Mateus. Com grande preocupação e esforço por parte da junta de freguesia e da própria professora, temos dois jovens a frequentá-la com assiduidade. Temos dezanove jovens no Porto Judeu distribuídos por duas turmas onde se verificou uma baixa de assiduidade no mês de maio, que o professor justificou pelo cansaço dos próprios jovens que, entretanto, obtiveram bons resultados ao longo do ano. Temos ainda uma sala com cinco jovens em Santa Bárbara, duas salas em Santa Luzia compostas por catorze jovens e uma sala em São Sebastião frequentada por sete jovens.

Volto a referir que qualquer uma destas entidades está a trabalhar no sentido de aumentar o número de salas, até três salas por entidade com cinco a dez alunos por sala, de acordo com o que é permitido pelo próprio regulamento.

No que, ao 1.º Direito diz respeito, temos tido um trabalho bastante intenso que começou a decorrer após a assinatura do acordo de colaboração com o IHRU que ocorreu em finais de julho de 2022. Começámos a partir dessa altura a trabalhar com os vários gabinetes de arquitetura para darmos início a um levantamento das necessidades de intervenção em cada uma dessas habitações nos diversos bairros e freguesias do nosso concelho.

Entre janeiro e março de 2023 foram-nos entregues os projetos de execução das habitações localizadas na Carreirinha em São Bento, São Bartolomeu, Altares, São Sebastião, Feteira, Serreta, Santa Bárbara, Porto Judeu, no Bravio em São Mateus e Santa Luzia. A partir de março lançámos concursos públicos referentes às onze empreitadas que representavam intervenções em cento e uma habitações num investimento aproximado de 9 700 000,00 € e estamos agora na fase de lançamento de mais três concursos referentes a três outros bairros, um investimento de 7 376 00,00 €, correspondendo a mais setenta e duas habitações, ficando por lançar o concurso respeitante ao Terreiro de São Mateus por não dispormos ainda do respetivo projeto de execução.

Temos obras a decorrer na Serreta e na Feteira, uma atividade que está a ser levada a cabo com muito cuidado porque envolve realojamentos e é exigido um rigoroso trabalho de proximidade por parte da nossa equipa de ação social, já que as pessoas têm que sair das suas habitações. O realojamento dos agregados familiares que vivem nas nossas habitações sociais é da responsabilidade do empreiteiro mas queremos estar perto das pessoas. Temos tido dificuldades com um agregado familiar na Feteira que não quer abandonar a sua habitação e faz-nos ameaças, por isso estamos a trabalhar em parceria com a Segurança Social que está a acompanhar a situação.

Temos dois concursos ainda em fase de apresentação de propostas. O único que nos ficou deserto foi o concurso relativo à vila de São Sebastião mas estamos a fazer uma reavaliação em termos de preços para o lançarmos novamente porque as habitações da Ribeira Seca necessitam de uma intervenção urgente.

No próximo mês de julho vamos iniciar obras nos Altares e também nos lotes oito e nove em São Bartolomeu, datas que nos foram já indicadas pelos próprios empreiteiros. Lançamos também em dois lotes, o concurso de Santa Luzia, sendo que o lote dois, composto por doze habitações, terá o seu início em agosto ou setembro devido à necessidade de um período de

realojamento das famílias e os empreiteiros estão trabalhar junto das imobiliárias no sentido de conseguirem arrendar algumas habitações.

O concurso de Santa Bárbara está na fase de assinatura do contrato e, mediante um pedido de esclarecimento por parte do empreiteiro, o lote um de Santa Luzia encontra-se em fase de audiência prévia para podermos avançar também para a assinatura do contrato. O período de execução na Serreta é de 120 dias e na Feteira é de 180 dias, dentro do que está definido pelo IHRU e no âmbito do 1.º Direito e do PRR.

O período máximo de execução dos projetos que atrás referi é de 550 dias, prevendo-se a sua conclusão antes de 2026. O total dos concursos de que vos falei corresponde a duzentas e vinte e duas habitações sociais, faltando a outra metade que é composta por duzentas e vinte e seis. Lançámos um concurso público para levantamento de patologias e dividimos em sete lotes com a possibilidade de atribuição de dois lotes a cada gabinete, para que todo este trabalho gigantesco não fosse levado a cabo apenas por um gabinete de arquitetura. Estamos na fase final para o levantamento de patologias e entrega dos projetos de execução para podermos lançar o concurso.

O processo do bairro do Lameirinho está um pouco mais atrasado. Por envolver um número bastante significativo de habitações e pelos valores em causa, lançámos o concurso público e procederemos em breve à assinatura do contrato com quatro gabinetes de arquitetura, um da ilha Terceira e três do continente. Logo que nos sejam entregues os projetos de execução, lançaremos o concurso público para a intervenção no Lameirinho.

O realojamento destes duzentos e vinte e seis agregados familiares causa-nos também alguma preocupação mas vamos estabelecer em conjunto com os empreiteiros, um plano de intervenção em duas habitações de cada vez, à semelhança do que acontecerá no Porto Judeu.

Lembro mais uma vez que estamos perante um processo difícil que envolve uma componente social muito complexa, já que estamos a lidar com uma grande quantidade de agregados familiares, alguns em situações muito frágeis em termos psicológicos que exigem muita atenção e cuidado por parte de todas as entidades envolvidas.

O prazo para a apresentação de propostas em relação à vila de São Mateus termina a 20 de junho e o prazo do lote dois de São Bartolomeu decorre até 15 de junho. Quanto aos projetos que atrás referi, algumas empreitadas estão já em curso e as restantes terão o seu início nos meses de julho e agosto.

Tínhamos prevista no âmbito do PRR, uma medida para subarrendamento mas, devido à atual dificuldade no arrendamento de casas, estamos a preparar para apresentar na próxima sessão da Assembleia Municipal, uma proposta de alteração à Estratégia Local de Habitação no sentido de convertermos essas verbas em novas construções. O município procedeu ao loteamento de terrenos próprios distribuídos em duas freguesias do concelho e esta alteração não implica qualquer aumento de dotação, apenas a alocação das verbas disponíveis em novas soluções mais fáceis de executar. Estamos a trabalhar na preparação dos processos para a reabilitação de nove habitações pertencentes às juntas de freguesia, aumentando assim as possibilidades de arrendamento a famílias que vivem em situação de carência habitacional.

Como foi referido na última sessão da Assembleia Municipal, embora os cento e noventa beneficiários diretos não estejam incluídos no nosso acordo de colaboração com o IHRU, é dinheiro que está disponível para a reabilitação de propriedades privadas no concelho. Temos vindo a realizar este trabalho desde janeiro com algumas dificuldades relacionadas com a elegibilidade desses beneficiários diretos que tinham sido identificados aquando a preparação da Estratégia, dado que algumas habitações datam do sismo de 1980, não estão licenciadas, ou seja, não possuem qualquer registo na Conservatória ou nas Finanças. Nas reuniões que temos mantido com o IHRU, tem-nos sido dito que estas habitações não são elegíveis porque o 1.º Direito não se aplica a legalizações de habitações, apenas ao melhoramento das condições habitacionais.

Solicitámos às juntas de freguesia a apresentação de novas listas de potenciais beneficiários elegíveis a esta medida, dado que o nosso objetivo é a reabilitação das cento e noventa habitações, talvez a única oportunidade que temos de uma ajuda tão significativa de recuperação do património do concelho, seja privado ou pertencente ao município. Além da fase de concurso público para as empreitadas, segue-se todo aquele processo extremamente burocrático de candidatura ao IHRU.

Submetemos quatro candidaturas do nosso próprio concurso que se encontram em fase de análise, temos outras em preparação e mais dezasseis candidaturas de beneficiários privados, algumas já submetidas e outras em preparação. Estamos a trabalhar intensamente para que a Estratégia Local de Habitação seja executada, tornando-se uma mais-valia para o concelho em termos de recuperação do património público e privado.

Sr. presidente da Câmara – Há pouco esqueci de referir um aspeto que está patente ali no átrio de entrada. Terminou o concurso que foi feito com a Ordem dos Arquitetos para se encontrar uma solução arquitetónica adequada com vista à construção de um ponto de interesse na Serreta para estruturarmos melhor a nossa oferta turística. A Junta de Freguesia do Raminho mantém um excelente miradouro e chegou a altura de se criar um outro junto ao farol da Serreta com uma arquitetura um bocadinho mais arrojada. Das trinta e duas propostas que deram entrada, o júri que a Ordem dos Arquitetos constituiu connosco, escolheu a 1.ª, a 2.ª e a 3.ª que estão destacadas ali à saída e podem ser consultadas pelos senhores membros da Assembleia. Temos a intenção de construir aquela estrutura na ponta da Serreta o mais rapidamente possível.

Sra. d. m. Ana Fortuna (presidente da J. F. do Posto Santo) – Muito boa tarde senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

A minha intervenção prende-se com a degradação das nossas estradas, uma preocupação que creio ser partilhada pelos meus colegas presidentes de juntas de freguesia e pelos restantes membros da Assembleia Municipal aqui presentes. No meu entender, além de degradadas, as nossas estradas estão feias e muito perigosas. No que respeita ao troço da Estrada Regional do Posto Santo, que é a minha freguesia, foi-me dito pela senhora Delegada das Obras Públicas que não há dinheiro para asfalto; contudo, há mais de dois anos que está a

ser elaborado um projeto para o troço entre a Grota do Medo e a rotunda junto à TERAUTO. A Junta de Freguesia deveria supostamente tomar conhecimento do que está a ser feito, o que não se verificou até à data. Aproveito esta minha intervenção para questionar a Câmara Municipal acerca das perspetivas para as estradas municipais de todo o concelho e não apenas as da freguesia do Posto Santo.

Sr. d. m. José Toste – Gostaria de um esclarecimento acerca do Estudo Acompanhado aqui abordado pela senhora vereadora Fátima Amorim, já que foi referida a apresentação de uma candidatura por parte do Centro Comunitário da Terra Chã que tinha sido rejeitada, uma vez que havia nesta freguesia, uma oferta assegurada pelo Governo Regional.

Por altura da discussão do respetivo regulamento, foi criada uma regra específica no sentido de evitar sobreposição de apoios nas freguesias. Segundo a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, este tipo de apoio seria assegurado pelo Centro Comunitário da Terra Chã; no entanto, tenho a informação de que o mesmo continua a oferecer esta valência sem qualquer tipo de apoio, quer da parte da Câmara Municipal, quer do próprio Governo Regional, que acabou por concentrar o ponto de estudo na escola daquela freguesia. Pergunto se este ponto de estudo abrange apenas os alunos desta escola ou também os do 1.º e do 2.º ciclos residentes na Terra Chã que estudam noutras escolas. No fundo, gostaria de saber se existe uma sobreposição entre a oferta financiada pela Câmara Municipal ao nível das outras freguesias e aquela que é assegurada pelo Governo Regional.

Verifica-se que o Centro Comunitário da Terra Chã apresentou uma candidatura ao apoio municipal que foi rejeitada por haver já uma oferta do Governo Regional na mesma freguesia. Não se verificando a referida sobreposição, gostaria de saber se haverá disponibilidade da parte do município para apoiar esta valência no Centro Comunitário da Terra Chã que acabou por ficar em «terra de ninguém» e duplamente excluído dos apoios da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e do Governo Regional.

Sr. presidente da Câmara – A senhora presidente da Junta de Freguesia do Porto Santo levantou aqui uma situação muito preocupante também para a Câmara, já que o problema das estradas não existe apenas na rede regional e é também muito sério na rede municipal e na rede agrícola.

Independentemente da entidade gestora, todas as nossas redes de estradas estão com seríssimas deficiências que é urgente recuperar. Da parte do município, temos tido muita dificuldade em fazê-lo, não tanto por questões financeiras, mas por não haver quem o faça. Tivemos um buraco aberto durante praticamente dois meses ali junto aos semáforos da avenida porque não conseguíamos solução para aquilo e a situação foi resolvida apenas esta semana.

Está a iniciar-se apenas agora uma empreitada que temos adjudicada desde antes do Natal para a recuperação de buracos que são abertos nas estradas devido a avarias na rede de abastecimento de água e outras intervenções do género. Já marcaram os lugares de reparação na Estrada Regional entre os Altares e as Cinco Ribeiras mas ainda não fizeram nada. Apesar de a Estrada Regional ser de boa qualidade na maior parte dos sítios, os buracos criados pela água

que foram tapados com asfalto a frio estão neste momento uma situação miserável. Estamos com essa empreitada adjudicada e, aparentemente, só agora se vai iniciar.

Estes atrasos são extremamente penalizadores para toda a nossa atividade. Temos algumas estradas em bom estado mas há uma necessidade urgente aqui na zona oeste do concelho, no chamado Caminho de Cima desde as Doze Ribeiras até São Bartolomeu que, apesar de alguns troços bons, outros encontram-se num estado miserável e praticamente intransponíveis, para não falar do estado absolutamente miserável em que também se encontram as Canadinhas que ligam as Cinco Ribeiras a São Bartolomeu e um conjunto de estradas consideradas agrícolas que são também utilizadas por outras pessoas.

Temos neste momento 4,5 milhões de euros e estamos a fazer os possíveis por resolver, mas a situação do Governo Regional é pior porque não tem tido dinheiro, por isso a situação tende a piorar. A rede viária agrícola é a que está em pior estado e sempre teve um tratamento pouco funcional pelo facto de pertencer a três entidades: uma parte pertence ao IROA e sabemos que outra é propriedade da Câmara Municipal, mas a maior parte pertence à junta de freguesia – ou é de ninguém – porque a situação não está legalmente resolvida.

Numa reunião da Associação de Municípios dos Açores foi estabelecida e aprovada por unanimidade pelos dezanove municípios, uma proposta de decreto legislativo regional para clarificar de forma inequívoca os responsáveis por cada caminho. Essa proposta foi entregue à direção da referida associação que ficou de a fazer chegar ao Governo Regional.

O nosso povo utiliza muito bem a expressão «as meias são boas para as pernas», que muito bem se aplica a esta situação. Estradas divididas a meias acabam por não ter uma gestão devidamente estruturada porque a responsabilidade é sempre do outro e nunca é assumida por quem de direito.

Como foi constatado de forma unânime por todos os municípios dos Açores, esta é uma daquelas questões que precisa de uma solução, particularmente num tempo em que, da parte do Governo Regional, o investimento está a tender para zero e a degradação é imensa. A maior parte são estradas agrícolas e estão localizadas em zonas muito inclinadas com elevada pluviosidade que provoca danos extremos no asfalto, por isso começamos a ter alguns caminhos dificilmente transitáveis.

Sr. vereador Paulo Lima – Procurando fazer um ponto da situação das obras, começo pela remodelação da rede de abastecimento de águas e esgotos da Avenida doutor Aníbal Bettencourt desde a rotunda do KFC até à Igreja do Desterro no valor de 740 mil euros, cujo concurso tem ficado deserto após o seu lançamento por diversas vezes.

Como o senhor presidente da Câmara teve oportunidade de dizer, está também lançado o concurso da obra de remodelação da rede de águas às Canadinhas entre as Cinco Ribeiras e São Bartolomeu, um investimento no valor de 620 mil euros. A obra de proteção da orla costeira e recuperação do passeio no Bravio em São Mateus orçada em 700 mil euros, tem o seu início previsto para breve com o contrato assinado e a caução entregue pelo empreiteiro. Lembro que existe um contrato ARAAL celebrado com o Governo Regional relacionado com os apoios concedidos por altura dos danos provocados pelo furacão «Lorenzo».

Temos uma empreitada com um orçamento de 225 mil euros relativa à pavimentação de sobras e repavimentação de valas das áreas danificadas e está também a decorrer a obra de remodelação da rede de águas entre a rotunda das Figueiras Pretas e o Caminho do Posto Santo, orçada em 968 mil euros.

Segue a bom ritmo e está prestes a ser também concluída, a remodelação da rede de águas na Canada do Rolo na Terra Chã, uma obra orçada em 390 mil euros. Procedemos a uma pequena intervenção na remodelação das vias dos Altares e à construção de passagens hidráulicas na Ribeira dos Baiões num valor simbólico de 80 euros e temos quase concluída a repavimentação da Ladeira de São Francisco no valor de 148 mil euros.

No que diz respeito a obras já concluídas, foi recentemente finalizada a intervenção no Caminho do Espigão no Posto Santo em que houve um pequeno problema com o empreiteiro que foi já solucionado. Foi também finalizada a intervenção na Canada da Igreja nas Doze Ribeiras, a pavimentação da Canada do Riadouro em São Sebastião e o Caminho Municipal do Monte Brasil no valor de 150 mil euros.

Para além dos investimentos que aqui enumerei, temos estabelecido diversos contratos interadministrativos com as juntas de freguesia em que os pequenos empreiteiros vão comprar o betuminoso aos grandes produtores para tentarem regularizar algumas situações onde não conseguimos chegar e estamos também a proceder à recuperação de um caminho no Raminho devido a uma intempérie que levantou uma parte considerável da via que é um troço importante do próximo rally, uma intervenção que contamos ter concluída agora no mês de junho.

Sr. presidente da Câmara – Creio que se pode dizer sem qualquer dúvida que, neste momento, o nosso município é o maior investidor em estradas a nível regional. Temos uma carteira enorme de investimentos em curso que deveriam ter sido feitos o ano passado e este ano. Algumas intervenções nas Doze Ribeiras e em Santa Bárbara levam já três para quatro anos e têm a sua origem naquelas cheias que lá aconteceram. Têm sido feitos alguns arranjos provisórios mas gostaríamos de ter a situação resolvida, o que não se deve à falta de diligência da nossa parte porque as coisas não têm sido fáceis do ponto de vista da produção de asfaltos na ilha.

Temos basicamente dois produtores de asfalto na ilha com uma capacidade de produção modesta e imensos problemas num dos casos que levaram a uma interrupção dos serviços por vários meses para recuperarem o equipamento. Além de tudo isto, temos assistido a um gigantesco aumento de preços. O preço do asfalto praticamente duplicou desde 2021 e as empreitadas que, há uns anos se faziam por meio milhão de euros, custam agora um milhão e causam um impacto profundo nas contas de qualquer entidade pública.

Infelizmente, estamos também a sofrer com isto por escolha nossa, já que há uns anos se achou melhor esperar por este quadro comunitário porque haveria eventualmente apoio para as estradas. Adiaram-se umas tantas intervenções na esperança de virmos a ter uma disponibilidade financeira mais razoável mas a situação gorou-se. Tal como no anterior quadro

comunitário, as verbas para esta finalidade são zero, o que significa que teremos que investir a sério em pavimentos.

O senhor vereador Paulo Lima referiu os 4,5 milhões que estão neste momento em curso mas as necessidades inventariadas no nosso concelho ultrapassam os dez milhões de euros e esta é uma área que tende a piorar com a degradação natural dos pavimentos, aumentando o número de troços a intervencionar à medida que o tempo vai passando.

Nas reuniões que temos tido com as juntas de freguesia, são legitimamente apresentadas preocupações e quando, por vezes, temos que dizer para esperarem um bocadinho, as razões têm a ver com tudo isto. Temos neste momento uma gigantesca carteira de obras em curso, que dificilmente permite o alargamento a outras, por isso temos que ter alguma paciência porque a realidade é inelutável e não há outra solução.

Temos uma anómala densidade de estradas por quilómetro quadrado no concelho, ou seja, estradas a mais face à nossa população, particularmente no que respeita a caminhos agrícolas. Houve uma fase em que se abria um caminho para tudo quanto era lugar e há até prédios que são servidos por três lados. Houve um crescimento anárquico da rede, os custos da sua manutenção são enormes, estão aqui em cima da mesa e também em cima da mesa do Governo Regional.

Temos troços muito maus na Estrada Regional. O troço referido pela senhora presidente da Junta de Freguesia do Posto Santo é um dos piores mas lembro também o troço entre a Silveira e São Mateus que se está a degradar rapidamente, assim como outros aqui para este lado na Feteira e no Porto Judeu de Cima que apresentam anomalias enormes no pavimento.

A situação das nossas estradas exige um cuidado redobrado, por isso temos que ter alguma noção para não estarmos sempre a pedir para asfaltar pequenos caminhos quando temos perante nós, questões desta magnitude. É preciso aumentar a pressão junto do Governo Regional no sentido de se fazer uma intervenção nas estradas regionais, caso contrário, aquilo que agora custa um par de milhões de euros, custará dezenas de milhões daqui a poucos anos.

Uma vez iniciada, a degradação do asfalto não para. A Via Rápida para a Praia da Vitória começa a apresentar também evidentes sinais de degradação e se não tiver uma intervenção rápida, implicará muitos milhões de euros de investimento.

Na maior parte dos países é utilizada uma pasta que é colocada sobre as zonas degradadas. Infelizmente, essa técnica ainda não está disponível no nosso mercado e se essas zonas recebessem um tratamento desses, ganhariam mais dez anos de vida. A esse problema de natureza tecnológica, junta-se a degradação das redes de águas que exigem constantes aberturas de buracos no asfalto. Passamos a vida a resolver roturas, o que não deveria acontecer porque, nalguns casos, temos redes com apenas quinze ou vinte anos.

Um outro problema que temos é a falta de alinhamento de tudo o que são tampas e caixas de visita ao longo dos pavimentos. A colocação dessas estruturas na faixa de rodagem não é permitida na maior parte do mundo e aqui temos alguns lugares que parecem autênticos campos de minhas com cinco caixas por cada cem metros de via, o que implica um enorme custo do ponto de vista da manutenção das estradas e dos nossos próprios automóveis que passam a vida a saltitar de tampa em tampa.

Temos problemas técnicos de péssima engenharia que precisam urgentemente de ser resolvidos. Se não olharmos para esta situação de forma urgente, daqui por uma década temos uma rede totalmente destruída e vamos precisar de milhões de euros que, seguramente, não vamos ter.

Sr. d. m. Guilherme Bizarro (presidente da J. F. de São Sebastião) – Boa tarde senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

A vila de São Sebastião é uma vila histórica e está a celebrar um ano muito importante. Quero deixar um agradecimento à Câmara Municipal pelo seu apoio a esta celebração e também à recuperação de alguns espaços, apesar de não serem propriedade municipal.

A vila de São Sebastião tem uma enorme concentração de património histórico, na sua grande parte religioso e pertencente à paróquia. Dado que as paróquias não têm muitas receitas, reconhecemos e agradecemos o grande esforço da parte da Câmara Municipal para a manutenção deste património. Contamos também com o apoio da Junta de Freguesia mas é para a Câmara Municipal que vamos encaminhando cada vez mais pedidos porque temos que ir pedir a algum lado.

A obra de grande envergadura que a Câmara está a executar na Baía da Salga talvez evite que o mar volte a rebentar com aquilo como tem acontecido todos os anos. Foi ali gasto muito dinheiro e, gastando um pouco mais este ano, pode ser que aquilo aguente mais tempo.

Quanto ao parque de campismo, está a ser feita a correção de um espaço dos sanitários que foram construídos há mais de trinta anos e eram inadequados à dimensão daquele parque que é muito frequentado. Segundo sei, infelizmente não estará pronto a tempo das Sanjoaninas porque a bomba de calor apenas chegará no dia 22 ou 23, penso que a vistoria está marcada para o dia 12 e talvez consigamos uma solução alternativa. Seria bom que estivesse em funcionamento por altura das marchas e fosse possível resolver também a tal situação de uma habitação semissocial que lá existe.

O meu grande cavalo de batalha nas reuniões das visitas à freguesia é prevaricação sistemática, como o vandalismo há pouco aqui referido que foi praticado nas bicicletas recentemente inauguradas. Os nossos centros urbanos vão sendo dominados por pessoas que conseguem agir entre os pingos da lei que são um pouco espaçados. Não sou saudosista dos tempos em que a lei mal nos permitia respirar, mas estamos a dar a estas pessoas demasiado espaço de manobra. Existem leis, regulamentos e fiscalizações mas há também uma certa complacência em deixar que estas coisas aconteçam, uma responsabilidade que, quanto a mim, deve ser partilhada por todos e não apenas pelo município, pelo Governo Regional ou pelas forças de segurança.

Como falámos na última reunião, existe um código municipal que precisa de uma revisão urgente. Quanto mais difícil for a vida dos prevaricadores, menos serão os casos de vandalismo que vemos acontecer de forma sistemática.

No que diz respeito às estradas, concordo totalmente com o que foi aqui dito mas não posso deixar de referir o Caminho da Ponta na vila de São Sebastião, uma estrada que não é

assim tão pequena. Desaconselho que passem por lá, a não ser que façam um seguro de muito boa qualidade porque a via está impraticável.

Sra. d. m. Marília Vargas – Penso que o principal problema da Via Rápida, a nossa VVN que liga Angra do Heroísmo à Praia da Vitória, é a falta de manutenção por parte da Secretaria Regional das Obras Públicas. Há muito que não vemos a serem ali feitos os habituais e necessários trabalhos de limpeza, o que ali vemos são ervas a crescer e a meterem-se entre o asfalto e a berma. Não existe um escoamento adequado das águas pluviais e os lençóis de água, além de aumentarem o risco de acidente, danificam o pavimento. Basta acedermos ao *Facebook* para vermos os imensos *posts* que são feitos em relação aos buracos e ao estado de degradação em que se encontra aquela via. Não sei se é por falta de dinheiro, de trabalhadores ou por não terem conseguido uma alternativa ao final dos programas ocupacionais.

Sra. d. m. Mónica Rocha – Muito boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Começamos por saudar e louvar o investimento que tem sido feito no 1.º Direito, que é realmente uma necessidade, e a forma como o mesmo tem sido gerido pelo executivo camarário. Contudo, temos uma questão que nos preocupa relativa a dois programas que estão disponíveis para as nossas coletividades e outras entidades no setor da cultura, o SOREFIL e o RJAAC, e ainda ontem vimos notícias a respeito do festival Angrajazz que é já icónico e nos projeta além-fronteiras mas está ameaçado por falta de investimento.

Quanto ao SOREFIL, houve um decreto legislativo regional que sofreu alterações em 2019 e define o investimento que as nossas filarmónicas podem fazer em termos de instrumentos, partituras, uniformes, etc. Temos recebido relatos por parte de diversas filarmónicas acerca da resposta que deveria ter sido dada em março, mas não receberam resposta de aprovação, quanto mais qualquer outra informação relativa a investimentos.

As nossas filarmónicas têm mandatos que variam entre um e dois anos, o que faz com que a maioria não chegue sequer a candidatar-se visto que, na altura de receberem a resposta, estão a transferir esse investimento para outra direção que poderá não querer arcar com essa responsabilidade. Isto compromete seriamente a ação das nossas centenas de filarmónicas que são compostas por inúmeros jovens que precisam de ações saudáveis e de se manterem integrados em coletividades que transmitem valores e são excelentes escolas de vida.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara se tem sentido também estas preocupações e angústias por parte destas coletividades. Em caso afirmativo, fico ainda mais preocupada ao perceber que esta transferência de responsabilidades – na minha opinião, inconsequente – é transversal a vários setores, como fomos constatando ao longo desta manhã.

Sr. presidente da Câmara – Quanto a uma das questões aqui levantadas pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, a quem agradeço as simpáticas palavras que teve para com a Câmara, há de facto, um problema muito complicado de incumprimento de normas urbanísticas. O que está a acontecer no coração da praça de São Sebastião não é caso

único porque hoje de manhã antes de vir para aqui conversei com moradores da Rua Baixinha que estão numa situação muito parecida.

Há por aí um conjunto de gente que não tem respeito pelos vizinhos e acha que pode fazer um abarracamento num lugar qualquer. Tenho muita pena que não tenhamos sido ainda capazes de resolver aquele problema da praça, por isso temos que nos esforçar e agir de uma forma um bocadinho mais dura no sentido de encontrarmos soluções mais eficazes de intervenção. A propriedade privada é um direito constitucionalmente protegido mas não permite que o proprietário possa fazer tudo o que lhe apetece com o seu prédio. Não tem sido fácil encontrar o equilíbrio entre a proteção dos direitos dos proprietários e os seus deveres para com a comunidade.

Um outro problema que me deixa incomodado é a situação de uma oficina que funciona perto da cidade. Levámos já três anos de debate, não estamos a conseguir resolver o problema e já tenho vergonha de encontrar as pessoas envolvidas.

Há questões de natureza legislativa e regulamentar que precisam de ser resolvidas. Precisamos de ir ao nosso código de posturas e passar das multas de dois escudos e meio para valores mais substanciais para vermos se, dessa forma, chegamos a algum lugar. Esta é uma matéria mais do âmbito da Assembleia da República do que da Assembleia Municipal e tem a ver com o equilíbrio entre o direito à propriedade e os deveres em relação ao resto da comunidade, um assunto verdadeiramente incomodativo com poucas respostas.

No que diz respeito à limpeza das estradas, todos temos o mesmo problema, apesar das estradas municipais se encontrarem bastante mais limpas do que as outras, o que me leva mais uma vez a agradecer a colaboração dos senhores presidentes das juntas de freguesia que têm feito um excelente trabalho, apesar de este ser um ano difícil porque as ervas crescem mais depressa quando há chuva e calor. Cada vez que saio a porta da Câmara, penso sempre em comprar uma cabrinha para pô-la a pastar no centro da cidade já que as ervas crescem por todo o lado, mas vamos fazendo os possíveis por mantê-las controladas.

Os apoios na área da cultura são um assunto bastante mais sério e começam a atingir uma situação idêntica à da saúde que aqui abordámos há poucas horas. Os municípios dos Açores e o nosso em particular, estão a ficar muito isolados no que respeita aos apoios das atividades culturais. A maior parte das instituições que, tradicionalmente recebiam apoios, não os receberam ou os mesmos foram substancialmente reduzidos, deixando em perigo um conjunto de atividades.

O festival Angrajazz foi apresentado ontem aqui nesta mesa e a entidade responsável pelo evento disse estar provavelmente a organizá-lo pela última vez por não possuir qualquer garantia ou indicação sobre o apoio que eventualmente terá. A realização do Campeonato Europeu de Canoagem de Mar está marcada para o próximo ano aqui em Angra do Heroísmo com um custo estimado de 200 mil euros mas não tem qualquer apoio devidamente estabelecido. Isto faz com que os promotores comecem a retrair-se e ninguém quer assumir responsabilidades quando não sabe como as vai resolver.

Percebo que um dirigente de uma filarmónica ou de outra qualquer instituição, tenha sérias reticências em iniciar um projeto porque a responsabilidade final acabará por recair

sobre a própria direção e ninguém consegue assumir, sem qualquer tipo de garantia, compromissos que normalmente são plurianuais.

Estamos a falar de eventos que normalmente exigem alguns anos de planeamento e por vezes se inserem em campeonatos ou festivais organizados que ocorrem em vários locais com várias edições, aos quais tem que ser dada uma sequência que não pode ser improvisada. Até agora ainda não perdemos nada disto porque a Câmara tem-se substituído neste financiamento, particularmente às filarmónicas durante os períodos de paragem e aos grupos folclóricos, sendo que alguns estão sem ensaiar há muito tempo, o que me leva a temer pela sua continuidade.

Estas atividades e instituições têm custos elevados que deveriam ser repartidos. Volto a lembrar a situação que se passa no continente, em que estas responsabilidades foram transferidas para as câmaras municipais com as respetivas verbas, algo que não aconteceu aqui. Os nossos colegas do continente receberam vários milhões e nós aqui não recebemos um cêntimo sequer, por isso não é justo que nos esteja a ser exigido um esforço que não é compaginável com aquilo que recebemos.

É urgente haver uma definição nesta questão da descentralização administrativa, sob pena de fazermos uma descentralização da despesa e uma concentração do poder de gestão política. Não podemos receber constantemente cartas do Governo Regional a mandar fazer isto ou aquilo como, por exemplo, pôr um sinal no Fanal a dizer que não se deve nadar ali, quando não há um cêntimo para o que quer que seja. Nestas coisas há aquele bom ditado que diz: «Quem paga, manda.» Se querem mandar, façam o favor de pagar. Nesta terra, em vez das notícias locais, vemos cada vez mais as do continente e o povo começa a pensar que estas atividades são da competência da Câmara, o que não corresponde à verdade.

É urgente resolver esta questão do financiamento da cultura. Existem regras e situações muito diferentes e é importante que se ponha isto na praça pública, sob pena de estarmos a viver um verdadeiro equívoco em relação às obrigações de cada um. Este ano a Câmara tem vindo a resolver tudo o que pôde e a nossa despesa já mais do que dobrou nessa área porque substituímos outros que financiavam. Para vos dar um exemplo de um pequeno evento organizado pelo grupo Pedra Mó nas freguesias do norte da ilha, que era financiado a três pelas câmaras municipais de Angra e da Praia e pelo Governo Regional, que suportava a maior parte, este ano é financiado apenas pela Câmara da Praia. Esta é uma previsão do que vai deixar de acontecer, por isso precisamos de dizer com muita clareza que este não é o caminho.

Com a permissão do senhor presidente da Mesa, peço agora a palavra para a senhora vereadora Fátima Amorim para finalizar o esclarecimento relativo ao Estudo Acompanhado que há pouco ficou incompleto.

Sra. vereadora Fátima Amorim – É uma preocupação o que se está a passar com o Centro Comunitário da Terra Chã relativamente às salas do Estudo Acompanhado, uma situação que tem que ser rapidamente resolvida porque envolve dezasseis jovens com necessidades especiais em termos de apoio ao estudo. O seu rendimento não é aquele que se desejaria, daí

que essas salas de Estudo Acompanhado têm sido uma ajuda para o aumento do rendimento escolar desses mesmos alunos.

Há pouco fiz referência a uma reunião ocorrida entre a Câmara Municipal e a senhora Diretora Regional da Igualdade e Inclusão Social que contou com a presença do senhor presidente do Centro Comunitário da Terra Chã, na qual foi debatida esta situação. O Centro Comunitário tinha celebrado um contrato com um centro de explicações para apoiar os dezasseis jovens dessas duas salas de Estudo Acompanhado. A senhora Diretora Regional, doutora Sandra Garcia, não está aqui presente mas temos falado sobre este assunto, sendo que, foi proposto que estes jovens frequentariam o ponto de estudo na escola da Terra Chã durante três dias e o ATL do Centro Comunitário nos restantes dois dias. O senhor presidente do Centro Comunitário da Terra Chã propôs que os professores se deslocassem a essas duas salas, dado que não seria conveniente juntar numa só sala, esses dezasseis jovens aos que já frequentam o ponto de estudo da escola da Terra Chã. Poderíamos ter uma sala a funcionar na escola da Terra Chã e duas no Centro Comunitário mas a senhora Diretora Regional referiu que tal não seria possível e preferia esta solução que atrás referi; contudo, o senhor presidente do Centro Comunitário informou recear que esses dezasseis jovens, depois de deslocados para a escola, possam não regressar ao ATL nos outros dois dias.

No meu entender, terá haver bom senso de ambas as partes na busca das melhores soluções para os jovens que frequentam aquele estudo. Sem o respetivo apoio, está também em risco a continuidade daquelas salas que, ao longo dos anos, têm funcionado no Centro Comunitário da Terra Chã. O regulamento é bem claro e nós não podemos apoiar por se tratar de uma medida idêntica à nossa, muito importante para o 1.º, 2.º e 3.º ciclos no âmbito do PRR. Há metas a atingir, por isso temos que encontrar aqui uma solução porque o diploma do Governo Regional prevalece sobre qualquer medida camarária em termos de apoio.

Voltei a falar com a senhora Diretora Regional há relativamente pouco tempo, que me disse não haver ainda uma decisão final mas ficou acordado na referida reunião que esses meninos integrariam o ponto de estudo da escola da Terra Chã no próximo ano letivo, caso fosse aceite a proposta da senhora Diretora Regional.

Espero que a situação fique resolvida em breve porque não podemos pôr em risco o apoio a esses jovens. Da nossa parte, nada mais podemos fazer mas propusemos que o Centro Comunitário da Terra Chã avance também com aulas de reforço escolar para os alunos do ensino secundário, visto não existir qualquer incompatibilidade com a medida do âmbito do PRR.

Sra. d. m. Honória Leandro (presidente da J. F. do Porto Judeu) – Muito boa tarde senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas.

Em jeito de desabafo e complementando tudo o que aqui foi dito, enalteço as palavras do meu colega presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, tendo ficado bem claro que a Câmara tem-se sobreposto a tudo e a todos.

A Junta de Freguesia do Porto Judeu tem feito pedidos constantes a várias secretarias e a resposta não existe. Uma das vezes tratava-se de um pedido de reunião, um pedido de audiência. Foi pedida a audiência que não obteve resposta e nunca foi sequer marcada uma reunião. Não pedimos dinheiro nem ajuda, apenas solicitámos uma reunião.

Quero salientar a diferença de tratamento entre a Câmara e o Governo, porque a Câmara está aqui para todos, o que me deixa muito contente. Estou a falar de uma junta de freguesia que não é da cor e é tratada da mesma forma que as outras, enquanto vemos que as freguesias da cor política do Governo têm um tratamento muito diferente das nossas.

É bom que as pessoas pensem nisto e fique claro que todos precisamos de um pouco de atenção da parte do Governo e da Câmara porque, depois de ganharmos as eleições, devemos a trabalhar para o bem comum e não para um partido. Agradeço e espero que a Câmara Municipal continue a trabalhar assim, fazendo por todos.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – A transferência de competências e a Lei das Finanças Locais é um assunto sério que merece maior atenção de quem de direito mas, ainda assim, importa salvaguardar que este Governo tem transferido para os municípios, verbas de participação variável do IRS que estavam em atraso desde 2009.

Falando agora em assuntos da competência da Assembleia e da Câmara Municipal, as festas Sanjoaninas começam daqui a quinze dias com um cartaz que foi apresentado pelo senhor vice-presidente da Câmara orçamentado em cerca de 300 mil euros. Revisitando o assunto discutido na sessão anterior da Assembleia Municipal, gostaria de perceber qual o procedimento de contratação pública que foi utilizado e peço à vereação que nos faculte, se possível, o contrato que foi celebrado para o efeito.

No relatório da atividade musical foi referido que o projeto de execução da remodelação da conduta da estação elevatória do Pátio da Alfândega está em fase de conclusão. Gostaria de saber se o processo se encontra efetivamente concluído e se não voltaremos a ter neste verão, episódios atentatórios à saúde pública como aconteceu num passado recente.

Sr. presidente da Câmara – Estamos a reanalisar o assunto da estação elevatória porque o valor que nos foi proposto para uma conduta em aço é verdadeiramente proibitivo e tem a ver com os atuais preços anómalos na produção do aço. Para o bem público, creio que é melhor esperarmos mais um bocadinho até que o aço volte a um valor compaginável com o que é justo pagar. Uma conduta que se estimava custar 400 mil euros, subiu para 1,6 milhões e não é razoável nem justo que se pague este valor, gastando o dinheiro dos nossos contribuintes num preço verdadeiramente especulativo. Poderemos ter mais uma ou outra erupção, mas vamos fazer os possíveis por conter a situação dentro dos limites.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – E quanto à bandeira azul na Prainha?

Sr. presidente da Câmara – A Prainha não tem e não precisa de bandeira azul e se tivéssemos tomado esta decisão há mais tempo, ter-se-ia já acabado todo este romance.

Voltando um pouco atrás, gostaria de me centrar num assunto que me preocupa um pouco. É fundamental que cada um dos níveis de administração olhe para as suas

competências, para o que deve e como o deve fazer. Existe uma constituição que define os diversos níveis do poder político e há leis que regulam a distribuição de competências entre órgãos. Não gostaria de ver o Governo Regional a discutir o funcionamento da Câmara Municipal de Angra – porque é aqui que o mesmo deve ser discutido – e não nos devemos imiscuir demasiado na atividade regional. Há questões que podem ser discutidas mas devemos centrar o nosso debate nos assuntos municipais, respeitando a divisão de competências de ambos os lados.

Pegando nas palavras da senhora deputada Luísa Barcelos, e porque este assunto nos abrange a todos, enquanto municípios precisamos de ver rapidamente esclarecida esta questão porque estamos a ser completamente ultrapassados pelo evoluir das coisas. Do ponto de vista da imagem pública, até parece que temos as competências, o que não acontece do ponto de vista prático porque não temos a partilha dos recursos. Houve uma decisão do tribunal, sempre tivemos direito aos 5% do IRS e isso não vale nada. É legítimo que o Governo se orgulhe disso mas trata-se de uma questão de arredondamentos do orçamento e o que verdadeiramente interessa é a forma como vamos gerir tudo isto no futuro.

Estamos a dois anos de celebrar os 50 anos desta autonomia que vai dando sinais preocupantes de instabilidade. Já tivemos uma autonomia progressiva, uma autonomia tranquila e agora entrámos na fase da autonomia mendicante, já que a única coisa que sabemos fazer nesta terra é dizer que não temos e que o Governo da República não nos dá dinheiro porque gastaram tudo.

Os senhores deputados com assento na Assembleia Legislativa Regional, decerto discutirão este assunto com maior propriedade, mas não gosto de ver a minha terra envolvida numa situação de mendicância. Não consigo perceber como chegámos a este ponto, ficando com 100% dos impostos e recebendo ainda um conjunto de transferências vindas do exterior, assim como não consigo perceber também a estratégia de afrontamento que está a ser seguida. Nunca me viram a entrar numa de pedir ou exigir ao Governo Regional, apenas dizemos o que temos a dizer com o devido respeito para bem da autonomia e da causa pública. Precisamos de clarificar rapidamente toda esta situação que não é saudável para o futuro dos municípios, sob pena de virmos a ser os parentes pobres do sistema a nível nacional.

Os municípios dos Açores e da Madeira representam menos de 5% da totalidade da população e do valor orçamental básico. Se não nos acautelarmos, assim como acontece com as verbas do IRS, vamos ficar na secção dos arredondamentos com alguma coisa na lei que diga: «Nos Açores e na Madeira façam o que vos apetecer.» Esta situação está já no horizonte, será provavelmente uma grande questão para o próximo mandato e esta Assembleia deve estar consciente que não podemos seguir esse caminho.

Esta história de nos pormos numa posição mendicante nunca serviu para nada. Somos um município com história, temos a nossa dignidade e eu não gosto de me ver na posição de pedinte. Não somos pedintes e temos que gerir a nossa vida com o orgulho que nos permite a nossa história e essência enquanto povo. Não podemos ficar de fora da solução porque a reforma da autonomia passa claramente pela reforma da sua relação com o poder local.

Enquanto o poder local não for incluído na estrutura autonómica, vamos continuar a viver uma ficção, conforme os factos têm vindo a apontar.

As câmaras municipais – as que têm condições financeiras – não podem continuar a aparar as despesas dos outros, só porque eles não as podem fazer. É uma solução com perna curta do tipo penso rápido que resolve a situação durante um ano ou dois ou talvez num mandato, mas não nos levará a lado nenhum quando as coisas começarem verdadeiramente a aquecer em setores como a educação, por exemplo. Não sei se repararam, mas as escolas estão a entrar num estado de degradação que mete dó. Fiz parte desse setor, tinha um enorme orgulho em termos as escolas mais bem mantidas do país e custa-me ver o que está a acontecer. As crescentes dificuldades que vemos também no financiamento do desporto, do turismo ou da cultura, levam-nos a pensar que isto tem que dar rapidamente uma volta antes que nos transformemos nas vítimas de toda esta história.

Não me parece que alguém deseje uma autonomia mendicante. Se não quebrarmos rapidamente este ciclo, ele acaba por degradar seriamente o relacionamento entre todos. É urgente melhorar o relacionamento entre a Câmara, o Governo Regional e o Governo da República; temos que nos entender e falar a mesma língua, sob pena de nos tornarmos uma das grandes vítimas da não resolução atempada deste problema. Sei que este discurso é um pouco atípico de uma assembleia municipal mas é necessário que aconteça para se acabar com estes equívocos que já me fazem sentir mal na rua quando ouço as pessoas dizerem que a Câmara é que deve tomar conta destas situações. Creio que as pessoas devem estar a ver um outro telejornal e isto tem um custo muito grande.

Sr. vereador Guido Teles – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e colegas vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Respondendo à questão da contratação do cartaz musical das Sanjoaninas, trata-se de um processo que nada tem a esconder e é passível de consulta por parte dos senhores deputados municipais. É feito um procedimento de ajuste direto por critérios materiais em que é contratada a empresa de produção que tem o exclusivo da representação daqueles artistas. Os municípios que não transfiram essas verbas para associações, para que as mesmas procedam à contratação dos artistas por essa via, devem seguir o mesmo caminho do município de Angra do Heroísmo. Como já disse, os senhores deputados podem consultar o procedimento que está em curso.

Sra. d. m. Ana Fortuna (presidente da J. F. do Posto Santo) – Gostaria de complementar a explicação aqui dada pela senhora vereadora Fátima Amorim acerca do Estudo Acompanhado. Conhecendo de perto a realidade e as preocupações da administração do Centro Comunitário da Terra Chã, se as crianças não frequentarem o ATL nos ouros dois dias, poderão acabar nas ruas.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Tentando arrumar algumas ideias e começando por comentar esta intervenção da senhora presidente da Junta de Freguesia do Posto Santo, lembro que a criação de ATL em todas as freguesias, consta do programa eleitoral da Coligação e também do programa eleitoral do senhor presidente da Câmara.

Quero fazer também uma observação casuística acerca da zona de banhos do Fanal para dizer que é incompreensível para qualquer cidadão, a atitude que algum departamento do Governo Regional tenha tomado ao mandar colocar cartazes com o que quer que seja. Não conheço bem o assunto e tentarei aprofundá-lo, mas para já trata-se de uma questão incompreensível.

Agradeço a explicação pormenorizada, bem organizada, capaz e competente que nos foi dada pela senhora vereadora Fátima Amorim em relação ao programa de habitação e aos pontos de estudo, duas questões que têm merecido muita atenção da parte desta bancada da Coligação. Muito obrigado à senhora vereadora e ao executivo camarário.

Sem qualquer intenção de mostrar o reverso da medalha, lembro que nas últimas sessões da Assembleia Municipal, temos vindo a solicitar informações sobre estas matérias e pedimos que ficasse registado em ata. Na reunião de Conferência de Líderes que tivemos com o senhor presidente da Câmara, informámos ainda que pretendíamos que estes assuntos fossem aqui abordados num ponto da Ordem de Trabalhos. Consideramos capaz o trabalho que está a ser feito em relação à habitação, embora em nossa opinião, a Câmara deveria criar uma área destinada a prestar aos cidadãos, mais apoio e informação acerca destes processos.

Por se tratar de uma boa iniciativa que foi aprovada por unanimidade, gostaríamos de ver estes pontos de estudo, o mais alargados possível. Ouvimos dizer nesta sala que seria muito bom se fossem aplicados 10% desses 90 milhões de euros, mas gostaríamos de ir o mais longe possível na utilização desses meios, e estou certo que será também essa a vontade da Câmara.

Este é um dos programas que seguimos com especial atenção. A impossibilidade de atribuição de apoios a habitações não legalizadas é uma situação delicada, por isso pergunto se não será possível a legalização de algumas dessas habitações. Não vou ao extremo de dizer que venham ao chão – embora seria essa a solução de acordo com a lei – algo que não defendo por estarmos perante uma situação preocupante.

Sabendo que há questões relacionadas com verbas europeias, gostaria de questionar a Câmara a respeito de prazos relativos ao Centro Interpretativo, um edifício da cidade de Angra que foi extraordinariamente bem recuperado e vem já sendo utilizado para determinadas ações.

Fazendo agora uma abordagem mais política, o senhor presidente da Câmara referiu que a Assembleia Municipal e o poder local têm o seu espaço próprio. Tenho procurado ao longo deste mandato, fazer com que tratemos neste ponto de encontro, de assuntos que nos dizem respeito na busca sistemática pela concordância em relação a tudo o que pode ser acordado, o que não implica que haja muitos dedos no ar em relação a determinado tipo de intervenções sobre quem é melhor ou pior e acho que cada um faz o melhor que pode e sabe no âmbito das suas circunstâncias.

Dizer-se que o Governo Regional trata melhor as freguesias do PS ou do PSD consoante quem está a governar, é uma abordagem inútil que vai levar a um debate para aferir se, de facto, assim é. Tenho garantias de que não é assim porque, ao contrário do que faziam os governos socialistas, não há proteção às juntas de freguesia do PSD e desproteção em relação às que são socialistas. Bater-me-ei sempre para que todas as juntas de freguesia sejam tratadas

de forma equitativa e justa sem esse tipo de clientelismo e não gosto que seja feita a abordagem acerca da discriminação de freguesias por parte de governos que não merecem o meu apoio, assim como também não aprecio o contrário.

Esta é uma discussão escusada que não nos vai levar a lado nenhum; quando muito, poder-se-á dizer que há um tratamento diferenciado por parte do Governo Regional ou da Câmara Municipal em relação à junta de freguesia A ou à junta de freguesia B, algo que pode ser tratado aqui. Quanto a mim, o argumento de que há clientelismo nos apoios às juntas de freguesia, não é uma boa abordagem num regime democrático.

A autonomia tem tido muitas qualificações. Apreciei 80% da intervenção do senhor presidente da Câmara, manifesto-lhe o meu total apoio e faço minhas, as suas palavras, mas acho que o senhor escusava de ter metido algumas agulhas ferrugentas, porque assim obriga-nos a responder-lhe também com agulhas ferrugentas. A sua intervenção foi tão elevada e oportuna e teve tanto conteúdo, que reforçaria a sua posição e tornaria mais digno o tratamento das instituições, se não qualificasse determinadas coisas.

Não aceito de forma nenhuma e repudio a qualificação do atual momento da autonomia, como sendo uma autonomia mendicante, assim como também me parecem disparatadas algumas das outras qualificações que a autonomia foi tendo. Se falarmos em autonomia mendicante, vamos ter que puxar questões relacionadas com o incumprimento de compromissos que o Governo da República tem assumido e de verbas que deveria ter já transferido e não o fez. Se calhar, o Governo da República é muito socialista e as duas regiões autónomas são governadas por escolha livre dos seus cidadãos e por partidos que não são o Partido Socialista. Se calhar, temos que lembrar a situação desastrosa em que ficou a SATA e os hospitais e as manobras criativas de contabilidade do ex-secretário das Finanças e vice-presidente do Governo, Sérgio Ávila – que foi também presidente desta Câmara Municipal – com artifícios para criar e pôr as dívidas noutros sítios com milhas de valor e coisas do género.

Critiquemos diretamente o que é criticável como, por exemplo, a ausência de uma política de transportes aéreos que nos sirva ou os atrasos na rampa *ro-ro* do Porto das Pipas, questões que dizem respeito a todos nós. Critiquemos o facto de haver 6 milhões de euros em atraso para a Unidade de Saúde da Ilha Terceira e a necessidade de uma clarificação de competências em relação a iniciativas importantes como, por exemplo, o apoio devido do Governo Regional ao festival Angrajazz.

Batamo-nos, neste período de consulta pública, por uma abordagem que considere as potencialidades turísticas de todas as ilhas, não constando neste momento no documento que está à discussão, o benefício claro de uma delas que é São Miguel.

Debatamos com argumentos específicos, as questões que nos podem unir aqui a todos e deixemos de utilizar determinadas qualificações que levam a este tipo de discurso. Para que haja um entendimento é necessária uma certa prudência na abordagem dos temas.

Esta minha intervenção é para repudiar a utilização do termo socialista «autonomia mendicante» e já que estamos a falar do poder local e regional, abstenho-me de inventar qualquer termo qualificativo para o governo que temos neste momento ao nível da república.

Sr. presidente da Câmara – Depois desta desinfeção de agulhas, começo por informar que estamos a tentar pôr o Centro Interpretativo a funcionar tão depressa quanto possível. Como ouviram nesta sessão da Assembleia, estamos a dar prioridade às estradas e a um conjunto de outros investimentos e precisamos de cerca de 1,6 milhões de euros para equiparmos o Centro Interpretativo; o roteiro já existe e o investimento será feito logo que possível, com a prudência necessária para que esta despesa não comprometa outras matérias mais urgentes para o público em geral.

Quanto ao PRR, diz-me a senhora vereadora Fátima Amorim, que temos dois técnicos superiores do outro lado do edifício com a missão de prestarem informações aos beneficiários diretos, que têm sido para lá encaminhados pelas juntas de freguesia.

Sr. d. m. André Castro – Boa tarde senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Em resposta à questão relativa à colocação do aviso na zona de banhos do Fanal não há grandes dúvidas a esclarecer, dado que o Governo Regional dos Açores apenas cumpriu com o que está previsto na lei desde 2011. Deste modo, remeteu um ofício a todas as entidades gestoras e não apenas à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Discordo um pouco da senhora presidente da Junta de Freguesia do Porto Judeu a respeito do que disse das secretarias do Governo Regional. Desconhecendo o tratamento dado às juntas de freguesia por parte de outras secretarias, conheço a realidade da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas que, sempre que solicitado, dentro das suas competências e do que seja possível, tem recebido todas as juntas de freguesia dos Açores e colaborado financeiramente, com recursos humanos ou com equipamentos.

Sr. presidente da Mesa – Peço desculpa à senhora deputada Honória Leandro, mas já não pode intervir por estarmos na terceira volta e o regimento da Assembleia não o permite. Tive o cuidado de dizer no início desta sessão que o regimento é muito claro e, para que não fiquem dúvidas, passo a ler o que diz o seu artigo 24.º:

«*Regras do uso da palavra para discussão da Ordem do Dia.*

Ponto 1: A apresentação verbal de cada proposta pelo membro da Assembleia Municipal preponente ou pelo executivo camarário dever-se-á limitar à indicação sucinta do seu objetivo e fins que se visa prosseguir, e não exceder o total de dez minutos.

Ponto 2: Para a discussão de cada ponto da Ordem do Dia é concedida a palavra a cada membro que, para tal se inscreva num máximo de duas vezes sobre cada assunto e por períodos não superiores a dez minutos da primeira vez e cinco da segunda.

Ponto 3: Após as intervenções efetuadas nos termos do número anterior, se a discussão não tiver terminado, haverá um segundo período de intervenções de vinte minutos» – que já foi ultrapassado – *«que será equitativamente distribuído e limitado aos membros que não tenham usado da palavra ao abrigo do número anterior.*»

Peço a compreensão de todos. A Mesa já permitiu bastantes inscrições para além das que são regimentais mas não podemos prolongar muito mais para mantermos a dignidade que esta Assembleia deve ter. Para não cortar a palavra a ninguém, dando liberdade de expressão e de

opinião, a Mesa tem gerido estas reuniões com alguma margem de manobra para além daquilo que está regimentalmente instituído, mas não podemos ir mais além sob pena de adulterarmos a competência do presidente da Mesa da Assembleia. Enquanto eu aqui estiver, será assim. Muito obrigado pela vossa compreensão.

Terminadas as intervenções, a informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal.

1.2 – Primeira adenda ao Contrato de Gestão Delegada entre o município de Angra do Heroísmo e a TERAMB, EM. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea n) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Tal como o nome indica, este ponto é apenas uma adenda ao contrato que transferiu para a TERAMB, a gestão dos resíduos recicláveis no concelho de Angra que, por sua vez, subcontratou com uma empresa que faz a recolha, ficando de fora a zona da cidade da Circular para dentro. Com a instalação dos pontos de recolha recicláveis na sequência do Orçamento Participativo, é vantajoso estender o mesmo contrato a todo o território. Assim sendo, estamos a passar esta responsabilidade para a TERAMB que depois assinará com a mesma empresa, um adicional correspondente para que a recolha se faça em todo o concelho.

Aprovado por unanimidade. (31/2023/AMAH).

Sr. presidente da Câmara – Tendo em conta a hora e a natureza destas questões, proponho a discussão simultânea dos Pontos 1.3 a 1.7 inclusive.

Nada a opor por parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – O Sport Clube Lusitânia celebrou os seus 100 anos de existência no ano passado mas com as limitações estabelecidas à concessão de medalhas, a Medalha de Honra do Município teve que ser atribuída este ano. Não preciso de dar mais explicações porque todos conhecemos a importância desta instituição.

É também sobejamente conhecida de todos, a história profunda e multisecular do Recolhimento Jesus Maria José nesta cidade e a importância que a instituição tem vindo a ganhar nos últimos anos com o alargamento das suas instalações, prestando um serviço cada vez melhor às suas utentes.

Os pontos seguintes têm a ver com resultados obtidos em desporto; no caso do último, trata-se da atribuição de uma distinção europeia a um dos fotógrafos do nosso concelho. São pessoas que, pelo seu percurso, nos trouxeram uma maior visibilidade e tiveram a honra de participar em pódios e de receber prémios em campeonatos de nível nacional e europeu, como é o caso do fotógrafo Luís Godinho. Por tudo isto, proponho à Assembleia Municipal que aprove estas medalhas e louvores.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Tínhamos intervenções preparadas sobre cada um destes assuntos, mas não as desenvolveremos na sequência da proposta do senhor presidente da Câmara para os abordarmos em conjunto. O grupo parlamentar desta Coligação apoia a proposta da Câmara e votaremos a favor porque reconhecemos às entidades indicadas, a distinção que devem ter. Quanto aos votos secretos, cada um votará como quiser, mas a orientação que assumimos é de apoio a cada uma das propostas.

1.3 – Proposta de atribuição de Medalha de Honra do Município ao Sport Clube Lusitânia pelo seu percurso ao longo de 100 anos. Para votação do órgão deliberativo.

A atribuição da medalha em causa foi aprovada por unanimidade. (32/2023/AMAH).

1.4 – Proposta de atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico ao Lar do Recolhimento Jesus Maria José – Mónicas. Para votação do órgão deliberativo.

A atribuição da medalha em causa foi aprovada por unanimidade. (33/2023/AMAH).

1.5 – Proposta de atribuição de um Voto de Congratulação à atleta Maria Luísa Pereira Oliveira pela conquista da medalha de prata no Campeonato Nacional de Karaté para os escalões de sub21 na disciplina de Kumite. Para votação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.

O Voto de Congratulação a Maria Luísa Pereira Oliveira foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (34/2023/AMAH).

1.6 – Proposta de atribuição de um Voto de Congratulação à atleta Beatriz Rocha Ávila pela conquista da medalha de bronze no Campeonato Nacional de Karaté para os escalões de cadetes na disciplina de Kumite. Para votação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.

O Voto de Congratulação a Beatriz Rocha Ávila foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (35/2023/AMAH).

1.7 – Voto de Congratulação a Luís Miguel da Silva Godinho pela distinção da Federação Europeia de Fotógrafo com a "Câmara de Ouro" na categoria "Reportagem/Fotojornalismo". Para votação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.

O Voto de Congratulação a Luís Miguel da Silva Godinho foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (36/2023/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – Tal como aconteceu nos pontos anteriores, penso que o senhor presidente da Câmara poderá fazer a apresentação conjunta dos Pontos 1.8, 1.9 e 1.10.

Sr. presidente da Câmara – Como tem sido tradição todos os anos, a Câmara Municipal atribui uma distinção a alguns dos seus trabalhadores que depois será entregue na sessão solene que decorrerá neste salão nobre por altura do aniversário da elevação de Angra do Heroísmo à categoria de cidade.

Os trabalhadores que a Câmara Municipal decidiu distinguir este ano são os seguintes:

– O senhor César Barcelos, encarregado geral do município, uma pessoa com um longo histórico de trabalho nesta casa e muito bons resultados, merecedor do reconhecimento e da gratidão de todos nós.

– O senhor Manuel dos Santos Machado Pires, que acabou de se aposentar e foi fiscal municipal com um longo percurso nesta casa.

– O senhor Ricardo Costa, encarregado da limpeza urbana, a pessoa que organiza a limpeza da zona baixa da cidade. Ao longo dos anos tem-se distinguido pela sua eficiência e eficácia, particularmente na sequência de festas e outros eventos. A sua diligência e o seu trabalho têm sido louvados por todos e com razão.

1.8 – Proposta de atribuição da Medalha de Bons Serviços Municipais – Classe Medalha Dourada, ao funcionário César Augusto Brasil Barcelos. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (37/2023/AMAH).

1.9 – Proposta de atribuição da Medalha de Bons Serviços Municipais – Classe Medalha Dourada, ao funcionário Manuel dos Santos da Silva Machado Pires. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (38/2023/AMAH).

1.10 – Proposta de atribuição da Medalha de Bons Serviços Municipais – Classe Medalha Prateada, ao funcionário Ricardo Bettencourt da Costa. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (39/2023/AMAH).

1.11 – Proposta de atribuição da Medalha de Mérito Cutural à Sociedade Filarmónica Recreio Serretense. Para votação do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – A Sociedade Filarmónica Recreio Serretense completa este ano 150 anos; é a filarmónica mais antiga da ilha em atividade constante sem interrupções e absolutamente notável porque representa a freguesia mais pequena da ilha Terceira do ponto de vista populacional.

A S. F. R. S. tem feito um percurso notável de persistência, atualização, modernização e projeção ao nível do concelho, por isso creio ser merecedora desta distinção e deve ser publicamente louvada na pessoa dos seus dirigentes que, ao longo destes 150 anos, têm sabido transportar a instituição até aos nossos dias.

A atribuição da medalha em causa foi aprovada por unanimidade. (40/2023/AMAH).

2 – DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

2.1 – Eleição do grupo de trabalho composto pelos 5 elementos representantes da Assembleia Municipal abaixo indicados, para acompanhamento da celebração dos 40 Anos da classificação de Angra do Heroísmo como Património Mundial da Humanidade pela Unesco. Para aprovação.

- Do grupo municipal do Partido Socialista:

  – **Cláudia Cardoso, Rogério Sousa** e **Valdeci Purim**.

- Do grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

  – **Nuno Melo Alves** e **Cecília Costa**.

Sr. presidente da Mesa – Esta proposta surge na sequência do que foi deliberado na sessão da Assembleia Municipal de fevereiro. Deveria ter vindo para aprovação na sessão de abril mas, por razões que nos ultrapassam, é apresentada agora. Os nomes atrás referidos foram consensualizados entre ambas as bancadas municipais aqui representadas.

A eleição do grupo de trabalho em epígrafe foi aprovada por unanimidade. (41/2023/AMAH).

2.2 – Proposta de dois elementos abaixo indicados, de reconhecido mérito na área da literatura, a fim de fazerem parte do júri nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do «Regulamento do Prémio Literário Álamo Oliveira». Para votação e posterior envio à Câmara Municipal para designação:

- **Joel Neto** e **Luísa Ribeiro.**

Sr. presidente da Mesa – Esta proposta tem a ver com o que foi aqui aprovado relativamente ao «Regulamento do Prémio Literário Álamo Oliveira» com a indicação de duas personalidades para efeitos de composição do júri. A indicação dos nomes e do número de elementos do júri foi também consensualizada entre ambas as bancadas municipais.

A proposta constante do Ponto 2.2 foi aprovada por unanimidade. (42/2023/AMAH).

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PS E DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

3.1 – <u>Voto de Congratulação pelos 50 Anos da Casa do Povo de Santa Bárbara. Para votação do órgão deliberativo</u>.

<u>O senhor deputado municipal Paulo Fagundes procedeu à leitura do Voto de Congratulação em epígrafe</u>.

<u>VOTO DE CONGRATULAÇÃO</u>:

Pelos 50 anos da Casa do Povo de Santa Bárbara.

«*A Casa do Povo de Santa Bárbara da Ilha Terceira (CPSB), fundada a 27 de junho de 1973, está sediada na freguesia de Santa Bárbara no concelho de Angra do Heroísmo. Caracteriza-se como sendo "uma pessoa coletiva de utilidade pública" constituída como Instituição Particular de Solidariedade Social e tem como finalidade "promover o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade", como está consignado nos seus estatutos.*

Ao longo do tempo tem sido considerada, nas suas diferentes modalidades e vertentes, um elemento aglutinador de dinamismo social e cultural, contribuindo para o bem-estar das populações locais e para a união e desenvolvimento das várias gerações de barbarenses e não só. Paulatinamente, foi alargando o âmbito da sua atuação através da criação de valências sociais, de projetos promotores de desenvolvimento sociocultural e de grupos e núcleos de ação cultural que abrangem um leque cada vez mais alargado de utentes.

Neste momento, a Casa do Povo de Santa Bárbara possui quatro eixos de intervenção que permitem ir ao encontro das necessidades de um público-alvo diversificado: Dinamização Cultural, Intervenção Social e Juvenil, Promoção da Saúde e Formação e Economia Solidária.

Pretende-se, com este Voto de Congratulação, reconhecer e enaltecer o trabalho, a dedicação e o empenho de todos os corpos gerentes, voluntários, colaboradores e utentes que, ao longo de 50 anos, promoveram o desenvolvimento desta instituição, alargando o seu âmbito de atuação e transformando-a numa das instituições sociais de referência da Ilha Terceira.

Os Grupos Municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem à Assembleia Municipal, nos termos regimentais aplicáveis, a aprovação deste Voto de Congratulação e que, do mesmo, seja dado conhecimento à direção da Casa do Povo de Santa Bárbara.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 07 de junho de 2023.»

Sr. d. m. César Medeiros – A Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) congratula-se com este voto, reforçando o trabalho e o dinamismo da Casa do Povo de Santa Bárbara que, ao longo destes 50 anos, evoluiu na procura constante de respostas sociais. Nos últimos dez a quinze anos, a CPSB tem sido um polo dinamizador do território, valorizando as pessoas numa lógica da saúde e do envelhecimento ativo de que todos beneficiam. Como o senhor presidente gosta de referir, Santa Bárbara é a capital do oeste. A Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) associa-se a este Voto de Congratulação.

O Voto de Congratulação pelos 50 anos da Casa do Povo de Santa Bárbara foi aprovado por unanimidade. (43/2023/AMAH).

3.2 – Voto de Congratulação pelos 50 Anos do Sport Clube Barbarense. Para votação do órgão deliberativo.

O senhor deputado municipal Paulo Fagundes procedeu à leitura do Voto de Congratulação em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Pelos 50 anos do Sport Clube Barbarense.

«*O Sport Clube Barbarense é a instituição desportiva por excelência da freguesia de Santa Bárbara. Foi fundado no dia 10 de junho de 1973 e tem uma sede em património edificado próprio localizada igualmente na freguesia de Santa Bárbara.*

Ao longo do seu historial, o Sport Clube Barbarense tem conseguido alcançar diversas conquistas no desporto açoriano, tendo atualmente três modalidades: Futsal, Danças de Salão e Ciclismo, dirigidas a atletas de ambos os sexos e de faixas etárias diversificadas. No passado, já existiram também as modalidades de Futebol de 11, Ténis de Mesa e Damas.

Ao longo dos vários anos e em particular no passado mais recente, o Sport Clube Barbarense conseguiu destacar-se através das suas conquistas desportivas, extravasando o circuito geográfico local, alargando o âmbito e o alcance das competições em que participa.

Para além do incentivo à competição, que é característico de uma entidade deste cariz, o SCB manteve na sua génese, o valor da formação dos atletas e a promoção de atitudes sustentáveis, positivas e construtivas em várias áreas, nomeadamente a saúde, a cultura, a cidadania e a educação dos mais novos.

Com este Voto de Congratulação pretende-se reconhecer e enaltecer o trabalho, a dedicação e o empenho de todos os atletas, treinadores, dirigentes e demais voluntários que, ao longo de 50 anos, revelaram perseverança, foco e abnegação, colocando o Sport Clube Barbarense no roteiro dos clubes de referência da ilha Terceira.

Os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem à Assembleia Municipal, nos termos regimentais aplicáveis, a aprovação deste Voto de Congratulação e que, do mesmo, seja dado conhecimento à direção do Sport Clube Barbarense.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 07 de junho de 2023.»

O Voto de Congratulação pelos 50 anos do Sport Clube Barbarense foi aprovado por unanimidade. (44/2023/AMAH).

3.3 – Voto de Congratulação pelos 50 anos do Grupo de Forcados da Tertúlia Tauromáquica Terceirense. Para votação do órgão deliberativo.

O senhor deputado municipal José Toste procedeu à leitura do Voto de Congratulação em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Pelos 50 anos do Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense.

«*O Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, fundado a 24 de junho de 1973, comemora no próximo dia de São João, 50 anos de história, celebrando esta efeméride – como não poderia deixar de ser – pegando na Praça de Toiros da Ilha Terceira em solitário, um curro da prestigiada ganadaria Veiga Teixeira.*

Este ato comemorativo, efémero por natureza como todo o espetáculo tauromáquico, ao qual o município de Angra do Heroísmo se encontra associado, não só pela atribuição da Medalha de Mérito Municipal Cultural ao Grupo de Forcados da Tertúlia Tauromáquica Terceirense por 50 anos de defesa da tauromaquia – o que seria já significativo – mas também e ainda mais relevante, pelo apoio incondicional desde sempre demonstrado à realização de eventos tauromáquicos no concelho, sintetizará na arena durante aproximadamente 3 horas, o passado e o futuro de uma instituição que, desde a sua fundação, tem prestado um contributo fundamental para o prestígio da tauromaquia insular, ao juntar em praça, antigos, atuais e potencialmente, futuros elementos do grupo.

O Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense tem sido, desde a sua fundação, uma presença constante nos mais diversos eventos tauromáquicos que se realizam em toda a ilha, tendo marcado, ao longo das temporadas, presença noutras praças da região, do território continental português e internacionais, com especial destaque para as deslocações assíduas aos territórios da América do Norte onde se fixaram comunidades de terceirenses.

Ao longo dos seus 50 anos de história, foram cabos do grupo: João Hermínio, António Baldaya, Adalberto Belerique e João Pedro Ávila, que atualmente exerce esta função. Estes são os rostos visíveis de um conjunto muito mais amplo de homens de diversas gerações que formaram o Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense.

Partindo do anonimato a que, em regra está votado o amadorismo, levaram mais longe o nome da cidade de Angra do Heroísmo e da ilha Terceira. A cada tarde anunciada fora da ilha e a cada pega consumada com glória em praças nacionais e internacionais, prestigiaram a figura do Forcado Amador.

Com o presente Voto de Congratulação, pretende-se também reconhecer e enaltecer toda a dedicação e empenho dos Forcados Amadores que fizeram e fazem parte do Grupo da Tertúlia Tauromáquica Terceirense e que, ao longo destes 50 anos, não só asseguraram a continuidade desta instituição, como a transformaram num dos grupos de forcados mais relevantes do panorama nacional.

Assim, e nos termos regimentais aplicáveis, os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária nesta data, que seja aprovado este Voto de Congratulação pelos 50 anos do Grupo de

Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense e que, o mesmo, seja dado conhecimento ao Cabo do Grupo de Forcados, o Senhor João Pedro Ávila, bem como à Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 07 de junho de 2023.»

O Voto de Congratulação pelos 50 anos do Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense foi aprovado por unanimidade. (45/2023/AMAH).

3.4 – Voto de Congratulação pelos 150 Anos do Boletim Eclesiástico dos Açores. Para votação do órgão deliberativo.

A senhora deputada municipal Alexandra Freitas procedeu à leitura do Voto de Congratulação em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Pelos 150 anos do Boletim Eclesiástico dos Açores.

«*O Boletim Eclesiástico dos Açores (BEA) está a comemorar 150 anos de edição. É notável para qualquer órgão de comunicação social, atravessar os anos de 1872 até ao presente sem qualquer interrupção.*

Foi seu fundador o 28.º Bispo de Angra, D. João Maria Pereira de Amaral e Pimentel (1872-1889) que, ao entrar na Diocese Açoriana, escrevia no número inaugural: "Tendo assumido o governo desta vasta e importante Diocese, convindo que estejamos em fácil e pronta comunicação com o Reverendo Clero para que a nossa voz se faça ouvir com regularidade e possível prontidão até às últimas extremidades das diferentes ilhas e sendo o melhor meio de conseguir este fim, uma publicação periódica pela qual possamos transmitir diretamente a todos os Muito Reverendos Párocos as nossas ordens, avisos e conselhos, assim como as notícias eclesiásticas e religiosas de interesse público. Daremos as providências necessárias para que todos os meses, na ocasião da passagem por esta ilha Terceira, do Vapor que toca nas principiais ilhas do arquipélago, esteja publicado um periódico que se intitulará 'Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese dos Açores', no qual serão transcritas as nossas Pastorais, Circulares, Editais, Ordens, Avisos ou Mandatos que tiverem relação com o Governo da Diocese". Estava assim apresentado aquele que haveria de ser o primeiro e único órgão oficial da Diocese de Angra.

Mais tarde, o 30.º Bispo, D. Francisco de Vieira e Brito (1892-1901), ordenou que o Boletim Eclesiástico dos Açores fosse dividido em três secções: oficial, instrutiva e noticiosa.

Muito importantes foram os Vigários Capitulares, Cónego Dr. José dos Reis Ficher e Monsenhor António Maria Ferreira, este dando um estilo mais ascético ao boletim e aquele, um estilo mais jurídico em tempos difíceis da primeira república, sem esquecer o último Vigário Capitular Dr. José Bernardo de Almada que, nas suas aulas de Direito Canónico no Seminário de Angra, citava o Boletim Eclesiástico dos Açores por nele se encontrar a legislação diocesana

relacionada com cada cânon ou que o aplicava à realidade açoriana. A este diretor se deve a introdução dos relatórios das conferências eclesiásticas no Boletim Eclesiástico dos Açores, bem como a solução de casos práticos apresentados nas mesmas conferências.

Com o aparecimento da revista de âmbito nacional "Lúmen" em 1937 como "revista de cultura para o clero", que até hoje se publica como órgão oficial da Conferência Episcopal Portuguesa, o Bispo da época, D. Guilherme Augusto da Cunha Guimarães (1928-1957), solidário com os bispos de Portugal, entendeu que já não se justificava um boletim diocesano, pois este havia de espelhar-se na nova revista portuguesa. Por nada, não termina nesse ano o Boletim Eclesiástico dos Açores.

Deve-se ao diretor da época, Padre Dr. José Vieira Alvernaz, então reitor do Seminário de Angra, a quem tradicionalmente estava afeta a direção do boletim, que ao final desse ano escreve: "Mui acertadamente resolveram os excelentíssimos Prelados Portugueses publicar uma só revista que fosse órgão oficial de toda a Igreja Portuguesa; verifica-se porém que, embora satisfaça os principais fins do boletim, não se podem encher as suas páginas com causas de interesse meramente local que a viriam a tornar volumosa e sem utilidade para a maioria dos leitores. Fomos autorizados pois, pelo nosso Exmo. Prelado, a continuar a publicação do boletim, que deixa de ser órgão oficial da Diocese para se tornar arquivo da vida religiosa da Diocese. Nele daremos notícias dos factos mais importantes da vida religiosa açoriana, do movimento do Seminário e da Ação Católica, de modo a que mais tarde seja fácil reconstruir historicamente o passado sem ter de recorrer a fontes, tantas vezes difíceis de consultar".

Foi uma maneira de, sem contrariar o Episcopado Português que decidiu ter um único órgão oficial, continuar a publicar o Boletim Eclesiástico dos Açores, sendo hoje pacífica e diferenciada a publicação de ambos os órgãos, de âmbito nacional e diocesano.

Este é um exemplo que revela que nestes 150 anos, o Boletim Eclesiástico dos Açores manteve-se, ora por interesse de alguns dos bispos diocesanos, ora dos seus diretores que não deixaram que desaparecesse.

Tal como hoje, o Boletim Eclesiástico dos Açores mantém a oportunidade da sua publicação sem prejuízo do novo meio de comunicação digital da diocese, o sítio "Igreja Açores".

Nos anos 90 do século passado, sendo Bispo Diocesano, D. António de Sousa Braga (1996-2016), releva-se o trabalho do Padre Professor Doutor Octávio de Medeiros com a publicação de três volumes sobre o Boletim Eclesiástico dos Açores: "A Igreja nos Açores – Último Quartel do Século XIX – Índices do BEA 1872-1900", "A Igreja nos Açores – Primeiro Quartel do Século XX – Índices do BEA 1900-1924 e "A Igreja nos Açores – Segundo Quartel do Século XX – Índices do BEA 1924-1952".

No século XX, com a atual direção, o Boletim Eclesiástico dos Açores foi enriquecido com a publicação de vários suplementos temáticos, a publicação do "Relatório da Diocese de Angra" por ocasião da "visita ad sacra limina" de D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito, 30.º Bispo de Angra (1892-1901), e um suplemento intitulado "Seminário Episcopal de Angra – 150 anos de formação".

A caminho dos cinco séculos da criação da Diocese de Angra, o Boletim Eclesiástico dos Açores deixa garantida a história dos últimos 150 anos, o que ajudará os investigadores a construírem a História da Igreja Local nos Açores.

Assim, e nos termos regimentais aplicáveis, os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária nesta data, que seja aprovado este Voto de Congratulação pelos 150 anos do Boletim Eclesiástico dos Açores e que o mesmo seja dado a conhecer a Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Angra, D. Armando Esteves Domingues e ao Senhor Diretor do Boletim Eclesiástico dos Açores».

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 07 de junho de 2023.»

O Voto de Congratulação pelos 150 anos do Boletim Eclesiástico dos Açores foi aprovado por unanimidade. (46/2023/AMAH).

3.5 – Voto de Louvor a José Alberto Borges pelo seu percurso ligado ao basquetebol. Para aprovação do órgão deliberativo, por escrutínio secreto.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Começo por destacar alguns aspetos que justificam a apresentação deste voto, desde logo a dedicação de 55 anos de carreira associada a uma modalidade, que só terminou por obrigação da legislação e do limite da idade do próprio, que gostaria de continuar por mais alguns anos.

O «Tafé», como é conhecido o José Alberto Borges, começou por ser atleta desta modalidade, na qual se destacou também ao longo de 39 anos como árbitro e dirigente. Foi fundador de várias instituições ligadas ao basquetebol, como a ABIT entre outras, fez parte do Conselho de Arbitragem da ABIT, foi representante dos clubes na Federação Portuguesa de Basquetebol e apitou várias finais e jogos importantes.

Pelo seu percurso, José Alberto Borges recebeu várias homenagens ao longo da vida e deu também uma perninha ao futebol, tendo sido dirigente na Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Foi presidente da Mesa e, em algumas ocasiões, membro eleito da Assembleia de Freguesia de Santa Luzia e também da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo em 2009, tendo trazido aqui por diversas vezes à discussão, assuntos relacionados com as modalidades e os equipamentos desportivos do concelho. A tauromaquia é também um dos seus principais interesses.

VOTO DE LOUVOR:

A José Alberto Borges pelo seu percurso ligado ao basquetebol.

«*José Alberto Moniz Borges, nascido a 14 de maio de 1953 na freguesia de Santa Cruz da Vila da Praia da Vitória, mais conhecido como "Tafé", cessou a 14 de maio de 2023, a sua atividade no basquetebol, modalidade à qual dedicou 55 anos da sua vida.*

Começou aos 13 anos como atleta nos juvenis do Sport Clube Praiense, tendo jogado em vários clubes como sénior e competido no campeonato americano com as equipas da Base das Lajes. Numa dessas participações, a equipa portuguesa de Angra do Heroísmo sagrou-se campeã na modalidade "Open League".

Foi na arbitragem que José Alberto Borges se destacou. Foi árbitro federado durante 20 anos e comissário técnico durante 19 anos. Começou como árbitro regional de 2.ª na temporada de 1984/1985, subindo à 1.ª categoria regional na época seguinte. Em 1987/1988 passa a árbitro nacional de 2.ª, chegando a árbitro nacional de 1ª categoria em junho de 1990. Foi o primeiro árbitro dos Açores a atingir a 1.ª categoria nacional em todas a modalidades. Foi também o primeiro árbitro português a apitar no já referido campeonato americano.

Participou como árbitro nos "Jogos Desportivos Insulares" e nos "Jogos do Atlântico" que contaram com equipas dos Açores, da Madeira e das Canárias. Foi árbitro em nove fases finais nos escalões de cadetes e juniores masculinos e femininos e apitou em Lisboa, a final da Taça de Portugal feminina referente à época 1990/1991. Nesse mesmo ano foi árbitro no jogo "All Star" entre as seleções do norte e do sul realizado no Faial. Também apitou nos jogos "All Star" femininos realizados no Barreiro.

José Alberto Borges destacou-se também como dirigente no basquetebol. Foi o primeiro fundador da Associação de Basquetebol da Ilha Terceira e do seu Conselho de Arbitragem, foi vice-presidente da ABIT e fez parte do seu quadro de dirigentes, presidindo várias vezes ao Conselho de Arbitragem dessa associação. Criou o Conselho Regional de Arbitragem de Basquetebol dos Açores – já extinto – tendo sido seu presidente durante dois mandatos, e foi eleito pelos clubes, delegado na Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Basquetebol em maio de 2022. Colaborou como dirigente noutras modalidades desportivas, tendo sido vice-presidente da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e membro do Conselho de Arbitragem dessa mesma associação.

Pela sua participação e contributos no basquetebol, o "Tafé" recebeu da cidade da Praia da Vitória, a "Medalha de Mérito Municipal" em 1991. Em 2003 recebeu o prémio "Dedicação" da Associação Nacional de Juízes de Basquetebol e em 2004 foi homenageado pelos colegas do Porto. Em 2010 foi homenageado pela ABIT pela sua ligação de 25 anos à arbitragem da modalidade.

Mais recentemente, com o aproximar do fim da sua carreira, José Alberto Borges recebeu a bola do jogo na final da Taça de Portugal a 30 de abril deste ano, que foi entregue pelo presidente da Federação Portuguesa de Basquetebol. A 14 de maio, ao completar 70 anos de idade que determinaram o fim da sua atividade ligada à modalidade, no final do último jogo da carreira desportiva disputado entre o Sport Clube Lusitânia e o Sporting Clube de Portugal, foi homenageado pela equipa angrense e pela Associação de Basquetebol da Ilha Terceira.

José Alberto Borges participou também na vida política, tendo sido membro da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo entre 2009 e 2013, presidente da Comissão Política Concelhia de Angra do Heroísmo do CDS-PP durante dois mandatos e também membro e presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Luzia. Enquanto membro desta Assembleia

Municipal, entre outros assuntos, trouxe à agenda diversas temáticas ligadas ao basquetebol, ao desporto em geral e também à sua outra paixão que é a tauromaquia.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados municipais da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e do grupo municipal do Partido Socialista, propõem que a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo aprove um Voto de Louvor a José Alberto Moniz Borges pela atividade desenvolvida na área desportiva, especialmente o basquetebol.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao próprio e à sua família, ao CDS-PP regional, à Câmara e à Assembleia Municipal da Praia da Vitória.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 07 de junho de 2023.»

O Voto de Louvor a José Alberto Borges foi aprovado por unanimidade. (47/2023/AMAH).

3.6 – Voto de Congratulação pela elevação de São Mateus da Calheta à categoria de Vila. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Em nome do grupo parlamentar da Coligação, a que se associa o grupo parlamentar do Partido Socialista, tenho o prazer de apresentar este Voto de Congratulação.

Desde o dia 10 de maio, o concelho de Angra do Heroísmo tem uma nova vila, a vila de São Mateus onde resido e que todos os meus pares conhecem. Esta elevação correspondeu a um desejo há muito manifestado pela população e tem como característica, o facto de ter sido proposta e aprovada por unanimidade.

Na perspetiva dos signatários que, afinal somos todos nós, esta é uma elevação merecida, tendo em conta as condições económicas, sociais e culturais da população – que é hoje de 3 800 cidadãos – assim como as estruturas existentes e o contributo que a freguesia de São Mateus tem dado ao concelho, à ilha Terceira e aos Açores. Existe ainda uma persistente ocupação de certos monumentos históricos em São Mateus, vindos dos séculos XV e XVI, como por exemplo, o Forte Grande e o Forte do Negrito.

Considerando tudo isto e aquilo que cada um sentirá, propomos a apresentação deste Voto de Congratulação para ser aprovado pela Assembleia Municipal, com a certeza de que esta elevação à categoria de vila representa um novo capítulo para as gentes de São Mateus e para o concelho de Angra do Heroísmo que se assume como o concelho dos Açores com o maior número de vilas, com a consequente responsabilidade acrescida que tal implica.

A distinção como vila não deve ser meramente honorífica; é o reconhecimento de um conjunto de condições em São Sebastião, no Porto Judeu e agora em São Mateus da Calheta. Acompanhado pelos seus vereadores, o senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo tem já elevadíssimas responsabilidades, mas fica com mais esta.

São Mateus da Calheta, Porto Judeu e São Sebastião são freguesias para efeitos eleitorais mas estão qualificadas como vilas com tudo o que isso implica em termos de responsabilidades mais diretas.

<u>VOTO DE CONGRATULAÇÃO</u>:

Pela elevação de São Mateus da Calheta à categoria de vila.

«*A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores fez aprovar, na sessão plenária de abril, o projeto de Decreto Legislativo Regional que visa elevar a freguesia de São Mateus da Calheta em Angra do Heroísmo, à categoria de vila. Com efeito, esse diploma aprovado por unanimidade foi publicado em Diário da República de 10 de maio de 2023 sob a forma de Decreto Legislativo Regional n.º 15/2023/A.*

Cumpre-se assim uma pretensão antiga da população de São Mateus da Calheta que tinha já apresentado uma petição assinada por um grupo de 351 cidadãos, com igual teor, o de elevar a freguesia de São Mateus da Calheta à categoria da Vila.

São Mateus da Calheta é a localidade mais populosa do concelho de Angra do Heroísmo, registando um crescimento populacional sistemático desde 1981, residindo nela neste momento, cerca de 3 789 cidadãos, conforme indica a informação estatística recolhida pelos CENSOS.

São Mateus da Calheta é reconhecida pelo dinamismo e relevância da sua comunidade piscatória e pelo seu porto pesqueiro, pelo que se constitui no maior e mais importante foco do setor das pescas da ilha Terceira. Do mesmo modo, é reconhecida pelas suas pastagens férteis que percorrem a localidade desde a zona costeira até ao seu interior, conhecido como Cantinho, onde a agricultura, a pecuária, a floricultura e a horticultura representam outro foco de desenvolvimento económico, confluindo com atividades do setor terciário como o comércio, a restauração e o turismo.

É também de relevar, a riqueza histórica de São Mateus refletida nos seus fortes militares que remontam ao século XVI, como seja o Forte Grande e o Forte do Negrito, a par de outros de menor dimensão que ornamentam a sua orla costeira, assim como as inúmeras quintas e casas senhoriais.

Com forte dinamismo social, cultural e desportivo, São Mateus da Calheta conta com três impérios de louvor ao Senhor Espírito Santo, um campo de futebol e um ringue de ténis, equipamentos escolares e de apoio à infância, igrejas e inúmeras ermidas, um posto de saúde, instituições particulares de solidariedade social, património e equipamentos próprios à baleação, refletindo sempre a sua forte ligação ao mar.

Esta elevação à categoria de vila representa um novo capítulo para as gentes de São Mateus e para Angra do Heroísmo, que se assume como o concelho dos Açores com maior número de vilas, com a consequente responsabilidade acrescida que tal implica.

Assim, e nos termos regimentais aplicáveis, o grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e o grupo municipal do Partido Socialista, propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 07 de junho de 2023, a aprovação de um Voto de Congratulação pela elevação de São Mateus da Calheta à categoria de Vila.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Junta e à Assembleia de Freguesia da vila de São Mateus da Calheta.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 07 de junho de 2023.»

O Voto de Congratulação pela elevação da freguesia de São Mateus da Calheta à categoria de vila foi aprovado por unanimidade. (48/2023/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – Informo os senhores membros da Assembleia que, segundo o que ficou acordado na reunião de Conferência de Líderes, a próxima sessão da Assembleia Municipal ficou agendada para o dia 29 de setembro.

A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Uma vez que voltaremos a encontrar-nos apenas no mês de setembro, desejo a todos um bom período de férias ou de trabalho e muita saúde. Espero que se divirtam nas Sanjoaninas e nas festas que decorrem, sobretudo nas ilhas do grupo central, sempre com a preocupação de que esta partilha da cultura que temos por hábito fazer com os festejos municipais, sirva também para reforçarmos a nossa vivência e amizade; estou certo que todos ganharemos com a partilha desse espírito.

No debate desta Assembleia e saindo um pouco da Ordem de Trabalhos, foram aqui expostas ideias, reflexões, preocupações e alertas que não se podem perder. Como representantes da população do concelho de Angra e estendendo a toda a ilha, não nos podemos demitir do nosso papel de porta-vozes, pensando, refletindo e ponderando no sentido de melhorarmos e corrigirmos aquilo que estiver menos bem, propondo também novas ideias, porque temos capacidade para tal. Fica aqui o desafio e agradeço a vossa partilha de ideias, reflexões e preocupações. Boa tarde, boas festas, muita saúde e até setembro.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 14h30m do dia 7 de junho de 2023, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

_____

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

A 1ª Secretária

_____

Tânia Gil da Rocha Lemos